

RELATÓRIO & CONTAS

Exercício findo a 31 de Dezembro de 2019

**VOCÊ É
O FUTURO**



**SOCIETE GENERALE
MOÇAMBIQUE**



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2019

▪ **O CONTEXTO ECONÓMICO**

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A economia global está em desaceleração sincronizada, após o crescimento de 2019, diminuindo novamente para 3%, o seu ritmo mais lento desde a crise financeira global. Uma queda de 3,8% desde 2017, quando o mundo estava numa tendência ascendente. Esse crescimento moderado foi consequência do aumento das barreiras comerciais; alta incerteza em torno do comércio e da geopolítica; factores idiossincráticos que causam tensão macroeconómica em várias economias emergentes de mercado; e factores estruturais, como baixo crescimento da produtividade e envelhecimento demográfico nas economias avançadas.

Uma característica notável do crescimento lento em 2019 é a desaceleração acentuada e geograficamente ampla na indústria e no comércio global. Alguns factores estão motivando isso. Tarifas mais altas, incerteza prolongada em torno da política comercial dificultaram o investimento e a procura por bens de capital, que são fortemente negociados.

É importante ter em mente que o crescimento moderado do mundo de 3% ocorreu no momento em que a política monetária diminuiu significativamente quase simultaneamente nos mercados avançados e emergentes. A ausência de pressões inflacionárias levou os principais bancos centrais a tomar acções preventivas para reduzir riscos negativos ao crescimento e impedir a estagnação das expectativas de inflação, apoiando, por sua vez, condições financeiras dinâmicas.

Portanto, esse estímulo ajudou a compensar o impacto negativo das tensões comerciais EUA-China, que segundo estimativas, reduzem cumulativamente o nível do PIB global de 2020 de 0,8%. Como os bancos centrais precisam gastar munição limitada para compensar erros de política, eles podem ter pouco quando a economia está numa posição mais difícil. O estímulo fiscal na China e nos Estados Unidos também ajudou a combater o impacto negativo das tarifas.

As economias avançadas continuam a desacelerar em direção ao seu potencial de longo prazo. Para os Estados Unidos, a incerteza relacionada ao comércio teve efeitos negativos sobre o investimento, mas o emprego e o consumo permaneceram robustos, impulsionados também por estímulos políticos. Na área do Euro, o crescimento foi travado devido às exportações fracas, enquanto a incerteza relacionada com o Brexit enfraqueceu o crescimento no Reino Unido. Algumas das maiores revisões em baixa do crescimento foram para economias avançadas na Ásia, incluindo a Região Administrativa Especial de Hong Kong, Coreia e Singapura, um factor comum sendo a exposição à desaceleração do crescimento na China e as repercussões das tensões comerciais EUA-China.

Espera-se que o crescimento global em 2020 melhore modestamente para 3,4%, uma revisão em baixa de 0,2%. No entanto, diferentemente da desaceleração sincronizada, esta recuperação não é ampla e é precária. O crescimento das economias avançadas deve desacelerar para 1,7% em 2019 e 2020, enquanto os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento devem acelerar o crescimento de 3,9% em 2019 para 4,6% em 2020. Cerca da metade disso é causada por recuperações, recessões em mercados emergentes, como a Turquia, a Argentina e o Irão, e o restante por recuperações em países onde o crescimento desacelerou significativamente em 2019 em comparação a 2018, como o Brasil, o México, a Índia, a Rússia e a Arábia Saudita.

Com uma desaceleração sincronizada e uma recuperação incerta, a perspectiva global permanece precária. Com um crescimento de 3%, não há espaço para erros políticos e uma necessidade urgente de que os formuladores de políticas cooperem para reduzir a escala comercial e as tensões geopolíticas. Além de apoiar o crescimento, essas acções também podem ajudar a canalizar as soluções cooperativas necessárias para melhorar o sistema comercial global. Além disso, é essencial que os países continuem a trabalhar juntos para abordar questões importantes, como as mudanças climáticas.

CONJUNTURA DOMÉSTICA

Moçambique, apesar de ter registrado forte crescimento real do PIB na última década, a economia continua altamente dependente dos fluxos internos de capital estrangeiro. Um declínio no sentimento dos investidores após o colapso dos preços das "commodities" e o governo em mora no pagamento da dívida externa no início de 2017 mostrou o quão vulnerável a economia é à dinâmica externa. Moçambique também permanece altamente vulnerável a condições climáticas adversas, como visto nos ciclones Idai e Kenneth, enfraquecendo significativamente suas perspectivas de crescimento a curto prazo e instabilidade política no norte e centro do país que se intensificou no quarto trimestre. Esses factores estão reflectidos nas

baixas pontuações de Moçambique nos índices de risco económico de curto e longo prazo.

Os ciclones Idai e Kenneth causaram danos generalizados em 2019 e o esforço de recuperação continuará a dominar a política do governo em 2020. Segundo o FMI, ele continuará a prestar consultoria às autoridades, mas sem assistência financeira, embora o Fundo tenha empréstimos de 118 milhões de USD aprovados em Abril de 2019.

A inflação moçambicana permaneceu moderada de Janeiro a Dezembro de 2019, permitindo ao Banco Central implementar cortes na taxa básica de juros, totalizando 150 pontos base em Junho e Agosto. Prevê-se que a inflação suba ao longo de 2020, uma vez que a produção agrícola reduziu após os ciclones, consequentemente houve um aumento nos preços dos alimentos. Nesse contexto, espera-se que as autoridades monetárias se abstenham de implementar mais estímulos em 2020.

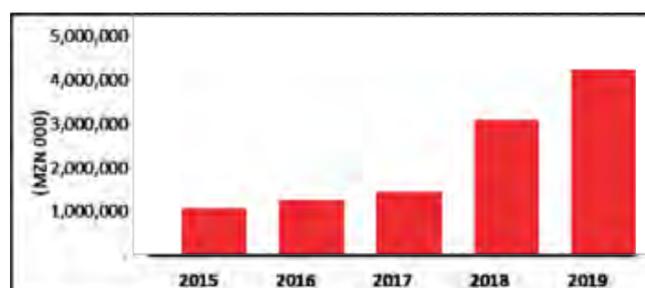
No entanto, as reservas internacionais de Moçambique aumentaram. Em Dezembro de 2019, as reservas brutas totalizaram 3661 milhões de Dolares Americanos, suficientes para cobrir mais de 6 meses de importações, excluindo os principais projectos. A dívida pública doméstica diminuiu, contratada com recursos de bilhetes do tesouro, títulos do tesouro e adiantamentos do Banco de Moçambique. Embora Moçambique tenha um dos maiores "deficits" em conta corrente na África Subsariana, espera-se que os fluxos de investimento estrangeiro no sector de hidrocarbonetos ajudem a cobrir sua posição nos próximos anos.

O FMI suspendeu a linha de crédito a Moçambique em 2016, quando empréstimos anteriormente não divulgados colocavam o país em dificuldades financeiras. A profundidade da crise financeira de Moçambique acabará por forçar o governo a implementar algumas reformas importantes, como a retirada gradual de subsídios e a privatização de activos estatais. Essas reformas começarão a se materializar gradualmente após a selecção, pois o governo estará menos preocupado com a resistência à consolidação fiscal por empresas e consumidores. Além disso, os efeitos dos ciclones atrasarão a reforma devido a prioridades fiscais concorrentes.

▪ **DESEMPENHO DO BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, SA**

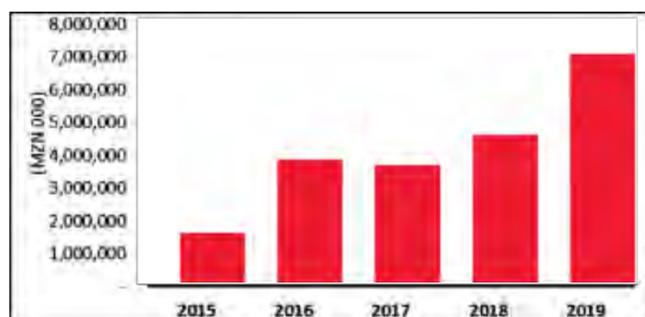
○ **ANÁLISE DO BALANÇO**

CRÉDITO A CLIENTES



A carteira de crédito do Banco Société Générale Moçambique S;A (doravante designado por SGM ou Banco) tem mostrado uma tendência de crescimento desde 2015, depois da entrada do Banco Société Générale na estrutura accionista do Banco, adicionando novas metodologias, compromisso e determinação ao Banco. O gráfico acima mostra a evolução do nível de crédito aos clientes ao longo dos últimos 5 anos, com maior destaque para os últimos 2 anos.

DEPÓSITO DE CLIENTES



Num ano em que os depósitos no mercado cresceram ao mesmo nível do ano passado, os depósitos do Société Générale cresceram a um passo maior do que o mercado. Este indicador mostra que os clientes confiam no Banco Société Générale Moçambique, SA. O gráfico acima mostra a evolução dos depósitos ao longo dos últimos 5 anos, e de 2015 a 2019 o Banco cresceu aproximadamente 7 vezes.

PRINCIPAIS INDICADORES DO BALANÇO

Os principais indicadores da estrutura do balanço no quadro resumo que se segue mostram uma contínua evolução positiva, com maior

destaque para os depósitos de clientes, que em grande parte se justifica pela confiança que os clientes tem para com o Banco Société Générale Moçambique, SA. Os activos remunerados aumentaram por consequência do aumento das disponibilidades no Banco Central e em Bancos correspondentes.

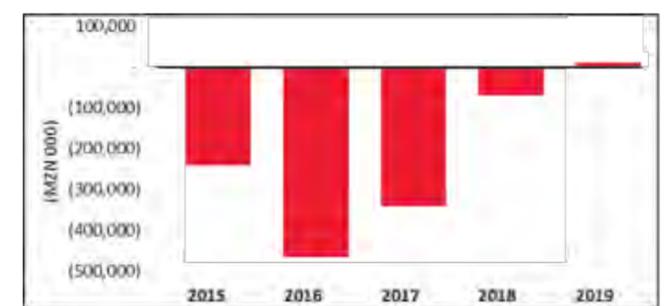
Análise do balanço	2019	2018
Crescimento do total de activos bancários	29%	24%
Crescimento dos activos remunerados	43%	8%
Crescimento do crédito a clientes	36%	114%
Crescimento dos depósitos de clientes	54%	24%
Taxa de transformação	59%	67%
Activos remunerados/total do activo	71%	67%

Análise da demonstração de resultados

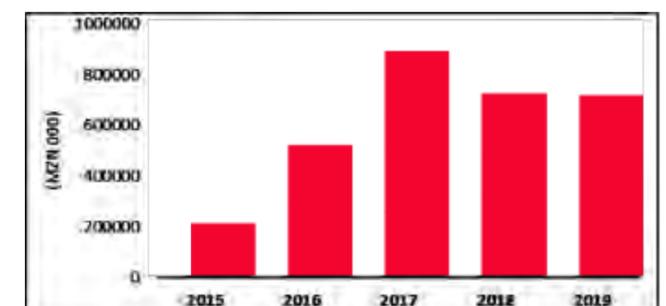
O ano de 2019 foi marcado pela melhoria significativa no resultado do Banco, num ano em que o Centro e Norte do país foi devastado pelos ciclones Idai e Kenneth. Os resultados que o Banco alcançou em 2019, mostram resiliência na estratégia da gestão que culminou com um aumento da margem financeira em 55% e do producto bancário em 52%.

Os resultados líquidos melhoraram nos últimos 3 anos e pela primeira vez o Banco alcançou o ponto de equilíbrio, aumentando a carteira de crédito, mantendo depósitos sustentáveis, lançando novos productos e controlando os custos operacionais. Este resultado foi antecipado desde o início do investimento pelos accionistas. Os gráficos que se seguem mostram a evolução, respectivamente dos resultados líquidos e dos custos operacionais.

Resultado líquido de impostos



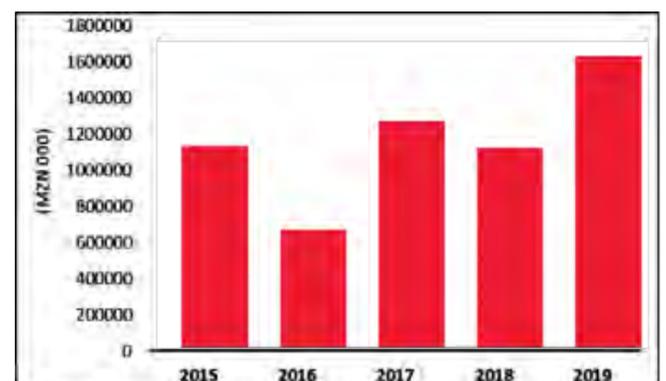
Custos operacionais



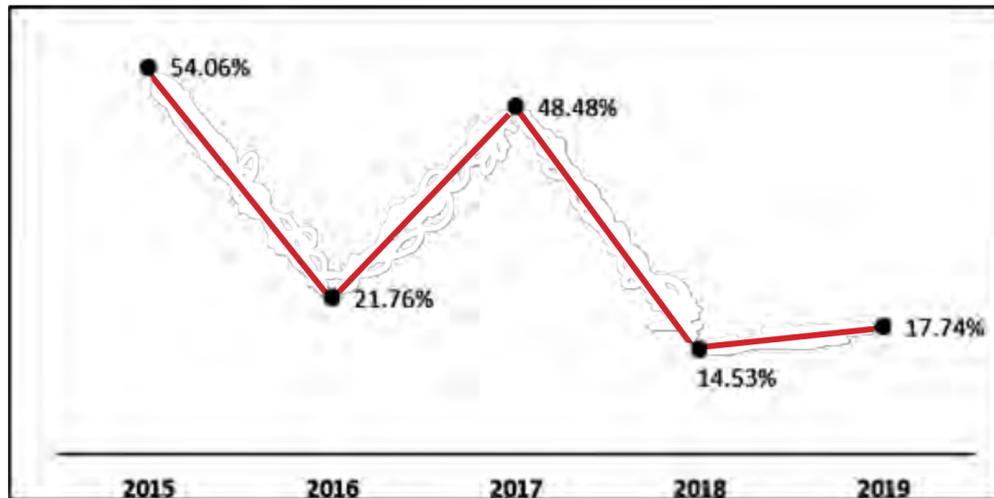
○ **Análise dos Capitais próprios**

Ao longo dos últimos anos os capitais próprios do Banco têm sido influenciados negativamente pelos resultados, tendo os accionistas do Banco aumentado o capital social por duas vezes, reforçando a confiança no crescimento do Banco. Estes aumentos permitiram que o Banco actuasse no mercado nacional de forma robusta e terminasse o ano com um rácio de solvabilidade global de 17.13%. Os gráficos que se seguem mostram a evolução, respectivamente dos capitais próprios e do rácio de solvabilidade, respectivamente.

Capitais próprios



Rácio de solvabilidade



Um Banco em crescimento

Adoptamos este ano uma nova assinatura corporativa, *Você é o Futuro*, reforçando o nosso compromisso e crença nos projectos e iniciativas dos nossos clientes. Trabalhamos com os nossos clientes, procurando sempre, desenvolver soluções que sejam feitas à medida das suas necessidades.

O nosso foco está numa melhoria contínua dos nossos produtos e serviços, com o objectivo de oferecer aos nossos clientes maior eficácia, comodidade e segurança. Novos produtos foram introduzidos a nível da banca “Corporate” por forma a flexibilizar a banca transaccional diária dos nossos clientes. Reestruturamos a nossa organização a nível da área comercial, por forma a melhor servir as empresas e seus ecossistemas, com um apoio dedicado as pequenas e médias empresas.

O nosso inquérito de satisfação independente (2019) revelou um resultado positivo e demonstra a apreciação dos nossos clientes pelo atendimento dedicado e eficiência na sua interação com o Banco. Este é um instrumento que serve para nós como medida de aperfeiçoamento, anual, com o objectivo de melhorar a experiência do Cliente e corresponder às suas expectativas.

O programa de expansão progressiva do Banco continua, com a abertura de mais um balcão na província de Nampula, distrito de Mecuburi, alinhado ao objectivo de contribuição do Banco no desenvolvimento desta província e na bancarização do país em geral. A abertura de mais balcões a nível das principais capitais provinciais estão programados para o ano de 2020.

Consideramos o nosso capital humano como um dos nossos pilares. Reforçamos ao longo do ano a capacitação dos nossos colaboradores, garantindo que estes estejam melhor preparados para responder a dinâmica do mercado. De entre várias iniciativas, desenvolvemos um programa de reconhecimento e formação de talentos, alinhado ao nosso programa de sucessão.

O Conselho de Administração

Sionle Yao
(Presidente do Conselho de Administração)

Katan Hirachand
(Administrador)

Raoul Claude Gufflet
(Administrador)

Jorge Freitas Ferraz
(Administrador)

APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do **SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, SA** em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

O Conselho de Administração procedeu a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2019, constantes das páginas 12 a 62, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do **SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, SA**, em 27 de Março de 2020 e vão assinadas em seu nome por:

O Conselho de Administração

Sionle Yao
(Presidente do Conselho de Administração)

Katan Hirachand
(Administrador)

Raoul Claude Gufflet
(Administrador)

Jorge Freitas Ferraz
(Administrador)



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.com/mz

Société Générale Moçambique, SA

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

Relatório de Fiscal Único

Em conformidade com os requisitos legais e estatutários aplicáveis, vimos por este meio reportar aos Accionistas as nossas constatações do trabalho realizado na Société Générale Moçambique, SA do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Na nossa capacidade de Fiscal Único, monitoramos as actividades do Banco durante o ano. Reunimos com vários níveis de gestão e questionámos sobre as actividades desenvolvidas ao longo do ano. Verificamos os relatórios e registos contabilísticos, bem como a documentação de suporte, na medida em que consideramos necessário nas circunstâncias. Recebemos plena cooperação da gestão no desempenho das funções de Fiscal Único, no que diz respeito ao fornecimento da informação por nós solicitada.

Apoiamo-nos de forma extensiva no trabalho e relatórios do auditor externo independente do Banco, relativamente aos procedimentos realizados no cumprimento das nossas obrigações e na formulação deste relatório respeitante as demonstrações financeiras do Banco, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Com base nos relatórios do auditor externo independente e procedimentos por nós executados, recomendamos que os accionistas aprovelem as demonstrações financeiras da Société Générale Moçambique, SA do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Abel José Guaiaguaiá
Sócio
KPMG
23 de Abril de 2020

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do **SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A.** (“Banco”), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2019, a demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase sobre a Covid-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na Nota 34 do Anexo às demonstrações financeiras, são divulgados os desenvolvimentos resultantes da pandemia identificados pelo órgão de gestão para o SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A., com base na informação disponível à data. O órgão de gestão entende que os impactos decorrentes desta situação são incertos, não sendo possível estimar o seu efeito financeiro, designadamente no que se refere ao justo valor dos activos financeiros e não financeiros, à mensuração das perdas esperadas na carteira de crédito e aos requisitos de capital. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuarem as suas operações. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.



ERNST & YOUNG, LDA.

Sociedade de Auditores Certificados

Representada por:



Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado Nº 33)

Maputo, 23 de Abril de 2020

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Notas	2019	2018
Juros e rendimentos similares	3	680,932,445	479,425,125
Juros e gastos similares	3	(255,647,628)	(205,666,558)
Margem financeira	3	425,284,817	273,758,567
Rendimentos de serviços e comissões	4	194,054,760	91,307,617
Encargos com serviços e comissões	4	(61,002,932)	(27,632,398)
Serviços e comissões líquidas	4	133,051,828	63,675,219
Operações financeiras líquidas	5	206,090,039	162,810,257
Total dos rendimentos operacionais		764,426,684	500,244,043
Gastos com pessoal	6	(343,720,317)	(346,321,224)
Depreciações e amortizações	18;19	(95,454,756)	(91,748,321)
Outros gastos operacionais	7	(259,036,739)	(262,670,320)
Outros rendimentos operacionais	8	29,523,637	79,905,054
Ganho/Prejuízo antes do imposto e imparidades		95,738,510	(120,590,768)
Perdas por imparidade de crédito	15;23	(130,809,704)	(89,642,536)
Reversão de perdas por imparidade de crédito	15;23	67,508,076	169,692,372
Lucro/Prejuízo antes do imposto		32,436,882	(40,540,932)
Imposto corrente	9	(31,698,281)	(30,243,036)
Imposto diferido	9	-	-
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		738,601	(70,783,967)
Outros resultados compreensivos líquidos de imposto		-	-
Total dos resultados compreensivos do exercício		738,601	(70,783,967)

O Director Financeiro

O Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Notas	2019	2018
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	1,265,241,989	1,191,523,623
Disponibilidades em instituições de crédito	11	1,073,091,010	1,092,285,864
Empréstimos e adiantamentos a bancos	12	1,240,429,453	73,028,498
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	-	295,117,764
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento intergral	14	31,005,002	13,143,205
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15	4,181,297,684	3,076,645,562
Outros activos	16	31,925,448	52,962,102
Propriedades de investimento	17	252,084,500	249,324,800
Activos tangíveis e direito de uso de activo	18	944,667,599	928,235,973
Activos intangíveis	19	42,700,273	54,657,065
Activos por impostos correntes	20	21,727,154	21,627,154
Total dos activos		9,084,170,113	7,048,551,610
Passivos			
Recursos de instituições de crédito	21	207,719,212	1,190,486,630
Depósitos de clientes	22	7,049,059,743	4,574,398,708
Provisões	23	9,669,097	24,248,239
Outros passivos	24	193,709,284	143,797,716
Total dos passivos		7,467,811,195	5,932,931,294
Capital próprio			
Capital social	25	2,397,200,000	1,897,200,000
Prémio de emissão	25	13,790,314	13,790,314
Reserva legal	26	102,930,703	102,930,703
Resultados transitados		(897,562,099)	(898,300,700)
Total do capital próprio		1,616,358,918	1,115,620,317
Total do capital próprio e passivo		9,084,170,113	7,048,551,610

O Director Financeiro

O Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Capital social	Prémio de emissão	Reserva legal	Resultados transitados	Total de capital próprio
	Nota 24	Nota 24	Nota 25	transitados	próprio
Saldo reexpresso a 01 de Janeiro de 2018	1,897,200,000	13,790,314	102,930,703	(827,516,733)	1,186,404,284
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Transferência de prémio de emissão e prestações suplementares	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(70,783,967)	(70,783,967)
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	1,897,200,000	13,790,314	102,930,703	(898,300,700)	1,115,620,317
Aumento de capital	500,000,000	-	-	-	500,000,000
Emissão de acções	-	-	-	-	-
Transferência de prémio de emissão e prestações suplementares	-	-	-	-	-
Ganho líquido do exercício	-	-	-	738,601	738,601
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	2,397,200,000	13,790,314	102,930,703	(897,562,099)	1,616,358,918

O Director Financeiro

O Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

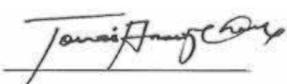
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Notas	2019	2018
Actividades operacionais			
Resultado antes de imposto		738,601	(70,783,967)
<i>Ajustamentos de:</i>			
Depreciações e amortizações	18,19	95,454,756	91,748,321
Perdas por imparidade de crédito	15	130,809,704	89,642,536
Reversão de imparidade de crédito	15	(67,508,076)	(169,692,372)
Aumento de justo valor em propriedades de investimento	17	(2,759,700)	(18,954,800)
Varição de activos operacionais	15,16	(1,093,747,033.85)	(2,016,110,468)
Varição de passivos operacionais	21,22,23	1,527,226,043	1,509,440,935
Imposto sobre o rendimento		(100,000)	(90,000)
Fluxo de caixa gerado / (usado) das actividades operacionais		590,114,294	(584,799,815)
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	18	(40,762,436)	(562,946,512)
Alienação de activos tangíveis	18	879,555	3,488,012
Aquisição de activos intangíveis	19	(18,168,552)	(23,200,271)
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento intergral	14	(17,861,796)	-
Reembolsos de activos financeiros detidos até à maturidade	13.1	-	543,506,189
Aquisição de instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	-	(500,000,000)
Reembolsos de instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	-	204,882,236
Fluxo de caixa usado nas actividades de investimento		(75,913,230)	(334,270,346)
Actividades de financiamento			
Aumento do capital social	24	500,000,000	-
Fluxo de caixa usado nas actividades de financiamento		500,000,000	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1,014,201,064	(919,070,161)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1,307,374,527	2,226,444,688
Fluxo de caixa operacional de juros e dividendos			
Juros recebidos		727,637,121	513,023,156
Juros pagos		(246,443,030)	(204,615,763)
		481,194,091	308,407,393

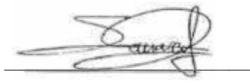
Caixa e equivalentes de caixa apresenta-se como segue:

		2019	2018
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	1,265,241,989	1,191,523,623
Reservas junto do Banco Central	10	(1,257,186,860)	(1,049,463,457)
Disponibilidades sobre instituições de crédito	11	1,073,091,010	1,092,285,864
Aplicações em instituições de crédito	12	1,240,429,453	73,028,498
		2,321,575,592	1,307,374,527

O Director Financeiro



O Conselho de Administração



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

1. Principais políticas contabilísticas	19
2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros	34
3. Margem financeira	36
4. Rendimento líquido de comissões e serviços	37
6. Gastos com pessoal	38
7. Outros gastos operacionais	38
8. Outros rendimentos operacionais	39
9. Impostos sobre rendimentos	39
9.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto sobre o rendimento é analisada como segue:	39
10. Caixa e Disponibilidades no Banco Central	41
11. Disponibilidades em instituições de crédito	41
12. Aplicações em instituições de crédito	41
13. Instrumentos de dívida ao custo amortizado	42
14. Activos financeiros ao justo valor através do rendimento intergral	42
15. Empréstimos e adiantamentos a clientes	42
16. Outros activos	44
17. Propriedade de investimentos	44
18. Activos tangíveis	45
19. Activos intangíveis	46
20. Activos por impostos correntes	47
21. Recursos de instituições de crédito	47
22. Depósitos de clientes	47
23. Provisões	48
24. Outros passivos	48

25. Capital social	49
26. Reservas	50
27. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos	50
28. Instrumentos financeiros	50
29. Justo valor dos instrumentos financeiros	51
30. Partes relacionadas	53
31. Contingências e compromissos	53
32. Gestão do Risco, objectivos e políticas	53
33. Princípio de continuidade	63
34. Acontecimentos após a data de balanço	63

Introdução

O Banco Societé Générale Moçambique, S.A. (doravante designado por SGM ou Banco) é um banco privado, constituído em 1999 com sede em Maputo – Moçambique. O Banco é detido em 65% por Societé Générale Paris e 35% por Mauritius Commercial Bank. Actualmente o Banco tem cinco agências, duas em Maputo, uma na Matola e duas em Nampula.

1. Principais políticas contabilísticas

1.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de Abril de 2020 e serão submetidas para aprovação pelos Accionistas na reunião da Assembleia Geral de Accionistas.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os valores são arredondados em Meticais, excepto quando mencionado em contrário.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer a utilização de julgamentos, estimativas e pressupostos de aplicação de determinadas políticas contabilísticas fundamentais. Além disso, exige também que o Conselho de Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do Banco. As notas às demonstrações financeiras incluem as áreas que envolvem um maior grau de complexidade, e as áreas em que os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para o Banco.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e métodos usados na estimativa de perdas por imparidade para empréstimos e adiantamentos a clientes estão descritos na alínea e) da nota 1.3 imparidade de activos financeiros e estão de acordo com a NIRF 9.

Justo Valor

O justo valor dos investimentos negociados num mercado financeiro activo e organizados é determinado com base em cotações do mercado na data do balanço. Para investimentos onde não há um mercado activo, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de informação disponível no mercado, referencia ao valor de mercado actual de um outro instrumento com as mesmas características ou outros modelos de avaliação conforme mencionado na alínea d) da nota 1.3

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. É necessário julgamento para ser determinado o montante de impostos diferido activo a ser reconhecido, com base no prazo provável e níveis de lucro tributável futuro, em conjugação com uma estratégia de planeamento fiscal. Os prejuízos fiscais podem ser utilizados por um período de cinco anos (Nota 9)

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de Contribuição Industrial, IRPS (Impostos sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre Empresas) e IVA. (Mais detalhes são fornecidos na nota 9).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Não é expectável ser apresentado um impacto material em resultado de eventuais revisões à matéria colectável.

O Banco como locatário

O Banco determina o prazo de arrendamento como um prazo não cancelável de arrendamento, acrescentando a opção de períodos de prorrogação caso haja acordo entre as partes ou rescisão do contrato.

O Banco possui vários contratos de arrendamento que incluem extensão e rescisão. O Banco faz julgamento para avaliar se é razoável ou não exercer a opção de renovação ou rescisão do arrendamento, ou seja, considera todos os factores relevantes que criam um incentivo económico para a renovação ou rescisão. Após a data de início, o Banco reavalia as condições de arrendamento, se existe um evento significativo ou mudanças que afectam a capacidade do Banco de exercer a sua opção de renovar ou rescindir o contrato.

Taxa incremental de empréstimo

O Banco não pode deliberadamente determinar a taxa implícita do contrato de arrendamento, pelo que deverá usar a taxa incremental de empréstimo (TIE) para mensurar o passivo de arrendamento. A TIE refere-se a taxa de juro o Banco teria que pagar para um empréstimo de prazo semelhante, com uma garantia similar para obter o direito de uso de um activo de valor semelhante num ambiente económico semelhante. A TIE reflecte o que o Banco teria que pagar, o que requiere estimativas quando não existem taxas de juro observáveis. O Banco estima a TIE usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) se estas existirem e requiere algum tipo julgamento pela entidade.

1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios, com excepção da adopção da NIRF 16, da IFRIC 23 - incerteza sobre o tratamento fiscal do imposto sobre rendimento e alterações a NIRF 9 (ver ponto 2).

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo esta a moeda funcional e moeda de apresentação do Banco.

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data de balanço, as diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2019	2018
D. Iar Americano	61.47	61.47
Euro	66.89	70.25
Rand Sul Africano	4.37	4.28

b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente
i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna parte integrante das disposições contractuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende dos termos contractuais e do modelo de negócios para gerir estes instrumentos. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, excepto nos casos em que são reconhecidos pelo justo valor através dos resultados, adicionado ou subtraído dos custos de transacção. Contas a receber de clientes são reconhecidos pelo preço da transacção. Quando o justo valor dos instrumentos financeiros difere do reconhecimento inicial do preço da transacção, o Banco contabiliza os lucros ou prejuízos do primeiro dia.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os 'inputs' se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos e adiantamentos a clientes

Os valores de Aplicações em instituições de crédito e Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem activos financeiros não derivados de pagamentos fixos ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo, sendo mensurados ao custo amortizado, observando as seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos de acordo com o modelo de negócios com objectivo de receber fluxos de caixa contractuais;
- Os termos contractuais do activo financeiro dão a origem em datas específicas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida.

v) Instrumentos de dívida ao justo valor através do rendimento integral

O Banco classifica como instrumentos de dívida ao justo valor através do rendimento integral nas seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos de acordo com o modelo de negócios com objectivo de receber fluxos de caixa contractuais e vender os activos financeiros;
- Os termos contractuais do activo financeiro cumprem com o teste de fluxos de caixa, isto é, os mesmos são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através do rendimento integral são subsequentemente mensurados ao justo valor, com os ganhos ou perdas decorrentes das mudanças reconhecidas em outros rendimentos integrais. Os juros, ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos no resultado do exercício da mesma maneira que são reconhecidos os activos financeiros ao custo amortizado.

vi) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de taxa de juro efectiva.

c) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros
i) Anulação devido a modificação substancial dos termos contractuais:

O Banco desreconhece um activo financeiro, como um empréstimo a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torna um novo empréstimo, com a diferença reconhecida como um ganho ou perda desreconhecível, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registrada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados como *Stage 1* para fins de mensuração da perda esperada por imparidade, a menos que o novo empréstimo seja comprado ou originou uma perda por imparidade.

O Banco considera os seguintes factores ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo ao cliente:

- Mudança na moeda do empréstimo;
- Introdução de um componente no capital;
- Alteração na contraparte;
- Se a modificação permitir que o instrumento deixe de atender ao critério da colecta de pagamentos de capital e juros do capital em dívida.

ii) Desreconhecimento que não seja por modificação substancial de activos financeiros

Um activo financeiro é desreconhecido quando expira o direito de receber fluxos de caixa. O Banco também desreconhece os activos financeiros quando ambos tiverem sido transferidos e quando se qualificarem para o seu desreconhecimento.

O Banco transfere o activo financeiro quando:

- Transfere os seus direitos contractuais para receber fluxos de caixa, ou
- Retém os direitos sobre os fluxos de caixa, mas assumiu a obrigação de pagar integralmente o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo de repassar.

iii) Desreconhecimento, excepto por modificação substancial de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob a responsabilidade é satisfeita, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro for substituído para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.

d) Determinação do justo valor

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.

O Justo valor do activo ou do passivo é mensurado através do pressuposto que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade de um participante no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo da maior e melhor maneira ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar da maior e melhor maneira.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrito, baseado no mais baixo nível de componentes de preços considerados para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 — Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.
- Nível 2 — Outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.
- Nível 3 — Técnicas que utilizam os componentes do preço que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado..

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências

ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de componentes de preço que são significativos para a mensuração do justo valor como um todo).

e) Imparidade de activos financeiros

A adopção da NIRF 9, alterou o método de cálculo das imparidades do Banco, passando de um método de perdas incorridas baseado na evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos (IAS 39), para uma abordagem voltada para o futuro. O Banco tem registado perdas esperadas para todos empréstimos incluindo garantias financeiras e outros compromissos irrevogáveis como "cartas de crédito", outros activos financeiros e instrumentos de dívida não detidos ao justo valor por lucros ou prejuízos. Os instrumentos de capital não são sujeitos a imparidade de acordo com a NIRF 9.

As imparidades esperadas são baseadas nas perdas de crédito esperadas durante a vida de um activo, a menos que não tenha havido aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que, nesse caso, a imparidade é determinada na base da perda esperada de crédito para os 12 meses.

A perda de crédito esperada para 12 meses, é a parte da perda de crédito esperada para a vida inteira do activo, que representa a perda de crédito esperada resultante de possíveis incumprimentos sobre um instrumento financeiro que possam ocorrer dentro de 12 meses após a data de reporte.

Tanto a perda de crédito esperada ao longo da vida e durante os 12 meses são calculadas individualmente ou colectivamente, dependendo da natureza da carteira sub-adjacente de instrumentos financeiros.

O Banco tem um comité onde avalia se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de incumprimento durante o período remanescente do instrumento financeiro.

Com base no processo acima o Banco agrupa os empréstimos conforme descreve abaixo:

- Estágio 1- Quando as exposições não sofreram aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, o Banco reconhece a perda esperada com base em 12 meses, inclui também facilidades que foram reclassificadas do estágio 2 por terem mostrado melhorias no risco de crédito.
- Estágio 2- Quando uma exposição mostra um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas que não possui evidência objectiva de imparidade, o Banco reconhece a perda esperada com base na vida útil do instrumento financeiro. Inclui também neste estágio facilidades que foram reclassificadas do estágio 3 por terem mostrado melhorias significativas do risco de crédito.
- Estágio 3- Inclui facilidades consideradas em imparidade, o Banco reconhece perda esperada com base na vida do instrumento financeiro.
- Activos financeiros em imparidade comprados ou activos financeiros em imparidade originados são registados ao justo valor no reconhecimento inicial e os juros são subsequentemente registados a taxa de juro efectiva. As perdas esperadas são reconhecidas ou desreconhecidas a medida que haja alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas.

O Banco mede as perdas esperadas de crédito de instrumentos financeiros de maneira a reflectir:

- Uma quantia imparcial ponderada pela probabilidade de gerar benefícios futuros;
- O valor do dinheiro no tempo;
- Informações razoáveis, compatíveis e disponíveis sem custos adicionais na data de reporte sobre eventos passados, condições correntes e previsões de condições económicas futuras.

i) Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do rendimento integral

As perdas esperadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do rendimento integral, não reduzem o valor contabilístico desse activo financeiro na demonstração da posição financeira, ele permanece ao seu justo valor. Alternativamente, uma quantia igual à imparidade se o activo estivesse mensurado ao custo amortizado é reconhecida em outro rendimento integral como um valor acumulado de imparidade, com a respectiva reflectão nos lucros ou prejuízos de uma redução do valor recuperável desse activo. As perdas acumuladas reconhecidas no rendimento integral são recicladas através dos lucros ou prejuízos até o desreconhecimento desse activo.

ii) Aquisição de activos financeiros em imparidade

Para activos financeiros adquiridos com perda por imparidade, o Banco apenas reconhece às variações acumuladas na perda esperada de crédito ao longo da vida do activo partir do momento inicial.

iii) Cartões de crédito e outras facilidades

O Banco oferece uma variedade de produtos para corporate e retalho, tais como descobertos em conta e créditos em conta corrente, em que o Banco tem o direito de cancelar ou reduzir de imediato a facilidade. O Banco não limita as perdas de crédito com o período contractual, mas sim calcula de acordo com a expectativa do Banco sobre o comportamento do cliente, sua probabilidade de

incumprimento e procedimentos de mitigação de risco do Banco que pode incluir a redução ou cancelamento da facilidade. Para estes instrumentos o Banco calcula a perda esperada de crédito ao longo do período em que o Banco está exposto ao risco de crédito e a perda de imparidade esperada não será mitigada pelas acções da gestão de crédito, mesmo que esse período se estenda para além do máximo período contractual.

iv) *Informação prospectiva*

No modelo de perdas de crédito esperadas, o Banco conta com uma variedade de informações prospectivas, relacionadas com inputs económicos tais como:

- Crescimento do PIB
- Taxas de desemprego
- Taxas de referência do Banco Central
- Mercado imobiliário

Estes pressupostos usados para calcular as perdas de crédito esperadas nem sempre captam todas as características de mercado na data das demonstrações financeiras, para reflectir esta possibilidade, ajustes ou sobreposições qualitativas são ocasionalmente feitas quando estas diferenças são materialmente significativas.

v) *Avaliação de colaterais*

O Banco procura utilizar colaterais, sempre que possível, para mitigar o risco nas demonstrações financeiras. Os colaterais apresentam-se de diversas formas, tais como depósitos à ordem, carteiras de títulos, cartas de crédito/garantias, hipotecas, recebimentos, inventários, outros activos não financeiros e avales. O justo valor do colateral é determinado, no mínimo, no início e com base no cronograma de relatórios trimestrais do Banco, no entanto, algumas garantias, por exemplo, depósitos à ordem ou títulos relativos aos requisitos de margem, é avaliado diariamente.

Sempre que possível, o Banco utiliza dados activos do mercado para avaliar os activos financeiros, detidos como garantias. Os outros activos financeiros que não têm um valor de mercado activo são avaliados por via de modelos de avaliação. As garantias não financeiras, como hipotecas, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, tais como correctores de hipotecas, os índices de preços da habitação, as demonstrações financeiras auditadas, e outras fontes independentes.

vi) *Abates*

Os activos financeiros são abatidos totalmente ou parcialmente apenas quando se torna impossível a sua recuperação. Se o montante a ser abatido estiver acima do valor da imparidade acumulada, a diferença é primeiro acrescida à imparidade que é aplicada sobre o valor contabilístico bruto. As recuperações subsequentes de montantes abatidos são reconhecidas como dedução do gasto por perda da imparidade de crédito na demonstração de resultados.

f) *Colaterais readquiridos*

A política do Banco é determinar se é preferível proceder à utilização interna de um activo readquirido ou se este deve ser alienado. Os activos cuja decisão seja a utilização interna são transferidos para a respectiva categoria de activo ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o valor original. Os activos cuja decisão seja a alienação são transferidos para activos não correntes detidos para venda e mensurados ao justo valor menos os custos de venda à data da reintegração, de acordo com a política do Banco.

g) *Compensação de instrumentos financeiros*

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço, se apenas existir um direito jurídico vinculativo que obrigue as entidades a reconhecer os valores e se existe intenção de compensar numa base líquida, ou de realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

h) *Garantias financeiras*

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias e avales. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (em 'Outros passivos') ao justo valor, sendo o prémio recebido.

Em termos de mensuração subsequente, a responsabilidade do Banco relativa a cada garantia é mensurada ao valor mais alto entre o montante inicialmente reconhecido menos amortizações acumuladas reconhecidas na demonstração de resultados de acordo com a IFRS 15.

i) *Reclassificação de activos e passivos financeiros*

O Banco não reclassifica os seus activos financeiros após o reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que o Banco adquire, vende ou termina uma linha de negócios. Os passivos financeiros nunca são reclassificados.

i) *Reconhecimento de rédito e gasto*

O Banco reconhece o rédito quando a obrigação contractual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a retribuição que o Banco espera receber em troca de tais bens ou serviços.

i) *Juros e gastos similares*

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e juros dos instrumentos financeiros classificados ao justo valor, o juro

ou o gasto é registado com base na taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto que não se encontram em imparidade.

Quando um activo financeiro se torna em imparidade e é, portanto, considerado no "Estágio 3", o Banco calcula o rédito de juros aplicando a taxa de juros efectiva ao custo amortizado do activo financeiro líquido. Se os activos financeiros curarem e não estiverem mais em imparidade, o Banco reverte para o rédito de juros brutos.

ii) *Rendimentos provenientes de serviços e comissões*

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus clientes. As taxas e as receitas de comissões são reconhecidas por um valor que reflecte um montante que o Banco espera ganhar pela troca da prestação dos serviços.

A obrigação de desempenho, bem como o momento da sua satisfação, são identificados e determinados no início do contrato. Os rendimentos provenientes dos contratos do Banco normalmente não incluem obrigação de desempenho múltiplo.

As taxa auferidas pelos serviços prestados durante um período são acumuladas durante esse período. Essas taxas incluem comissões cobradas na prestações de serviços tais como emissão de garantias bancárias e cartas de crédito.

Rendimento de taxas cobradas por prestação de serviços:

As taxas são reconhecidas como receita quando parte significativa do serviço está concluído.

Os saldos dos contratos são reconhecidos na demonstração da posição financeira os que decorrem dos contratos de rendimentos com clientes:

- Taxas e comissões a receber incluídas em outros activos, o que representa o direito do Banco a um valor incondicional. São mensurados pelo custo amortizado e sujeitos às provisões pela redução do seu valor recuperável segundo a NIRF 9.
- Taxas e comissões não recebidas incluídas em outros passivos, que representam a obrigação do Banco de transferir serviços a um cliente pelo qual o Banco tenha recebido ou seja exigível uma quantia ao cliente ou esse valor seja . Um passivo por taxas ou comissões não auferidas é reconhecido quando o pagamento é efectuado ou devido. Taxas e comissões não recebidas são reconhecidas como receita quando o Banco as realiza.

iii) *Rendimento líquido em operações financeiras*

Os rendimentos líquidos em operações financeiras incluem os ganhos e as perdas decorrentes de transacções em moeda estrangeira e conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira.

j) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

k) *Activos tangíveis*

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incursas.

O direito de uso do activo é apresentado na linha dos activos tangíveis na demonstração da posição financeira, a política de locações é apresentada no parágrafo q) Contractos de locação

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de depreciação são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Edifícios arrendados	25 – 40 (limitados aos termos dos contratos)
Equipamento	3 – 10
Viaturas	4

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em "outros rendimentos operacionais" ou "outros gastos operacionais" na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

l) *Activos intangíveis*

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças), desenvolvimentos adicionais feitos ao software e projectos em progresso feitos ao software, estes estão relacionados com pesquisas ou projectos de desenvolvimento adquiridos separadamente e reconhecidos como intangíveis. O software adquirido pelo Banco é registado ao

custo menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 4 anos.

Um item do activo intangível é desreconhecido após alienação ou quando não se espera benefícios económicos futuros resultantes do seu uso ou alienação.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico do activo) é reconhecido em «Outros proveitos operacionais» ou «Outros gastos operacionais» no resultado do exercício, no ano em que o activo é desreconhecido.

m) *Propriedades de Investimentos*

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas pelo custo, incluindo os custos da transacção. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo justo valor, que reflecte as condições de mercado na data do balanço. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no justo valor de propriedades de investimento são incluídos no resultado do período em que ocorrem, incluindo o efeito fiscal correspondente. O justo valor é determinado com base em uma avaliação anual realizada por um avaliador independente externo credenciado, aplicando um modelo de avaliação recomendado pelo "International Valuation Standards Committee".

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando são alienadas ou quando são retirados de uso e quando não se espera nenhum benefício económico futuro após a sua alienação. A diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contabilístico do activo é reconhecido em lucros ou perdas do período.

As transferências são feitas para (ou/de) propriedade de investimento somente quando há uma alteração no uso. Para uma transferência de uma propriedade de investimento para uma propriedade ocupada pelo proprietário, o custo considerado para a contabilização subsequente é o justo valor na data da alteração de uso. Se a propriedade de investimento se torna propriedade ocupada pelo proprietário, o Banco contabiliza tal propriedade de acordo com a política dos Activos tangíveis.

n) *Imparidade de activos não financeiros*

O Banco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, (ou unidade geradora de caixa) o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações actuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos os custos de alienação, transacções recentes de mercado são consideradas. Se tais transacções não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

Para activos excluindo o *goodwill*, é efectuada uma avaliação em cada data do balanço para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Banco estima o valor recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por imparidade previamente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nos pressupostos utilizados para determinar a quantia recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contabilístico do activo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contabilístico que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida a perda no valor recuperável do activo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado.

o) *Impostos*

i) *Impostos correntes*

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

ii) *Impostos diferidos*

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do *goodwill* ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro conta-

bilístico nem lucro tributável ou perda, e

- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

p) **Contractos de locação**

O Banco avalia se um contrato contém operações de locação, ou seja se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo por um período de tempo em troca de benefícios.

Locações operacionais – Banco como locatário

O Banco aplica o mesmo princípio para o reconhecimento e mensuração de todos os contratos que contém locação, exceptuando os de curto prazo e os de baixo custo. O Banco reconhece o passivo de arrendamento para fazer os pagamentos e o direito de uso do activo representa o direito que o Banco tem de usar o activo subjacente.

Direito de uso do activo

O Banco reconhece o direito de uso do activo no início do arrendamento, ou seja a data em que o activo subjacente está disponível para o uso. Os activos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada, perdas de imparidade e qualquer remensuração do passivo de arrendamento. O custo do direito de uso do activo inclui o valor dos passivos de arrendamento, custos directos iniciais incorridos, os pagamentos das rendas feitas antes da data do início e são deduzidos os incentivos recebidos. O direito de uso do activo é depreciado ao longo do prazo contratual.

O direito de uso do activo é apresentado na nota de activos tangíveis e direito de uso do activo na posição financeira e estão sujeitos a imparidade de acordo com a política do Banco. O direito de uso é composto por três agências e o tempo médio do contrato de arrendamento é de seis anos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do contrato, o Banco reconhece o passivo de arrendamento mensurado ao valor presente dos pagamentos das rendas a serem efectuadas durante o prazo do contrato. Os pagamentos da renda incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos a receber), pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa e valores que sirvam de garantias do valor residual. Os pagamentos das rendas também incluem o preço da opção de compra e pagamento de multas pela rescisão do contrato, se as condições do contrato reflectirem a opção de terminar. Os pagamentos variáveis dos contratos de locação que não dependam de um indexante ou taxa, são reconhecidos como custos no período em que o evento ocorreu.

O passivo de arrendamento está apresentado em outros passivos na posição financeira.

q) **Dividendos sobre acções ordinárias**

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovadas pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados quando não estão mais à disposição do Banco.

r) **Reservas de capital**

As reservas reconhecidas em capital próprio do Banco na demonstração da posição financeira incluem a reserva de para risco geral de crédito, que representa o valor mínimo de imparidade do crédito de clientes requerido pelo sector bancário.

Em cumprimento da legislação moçambicana, o Banco deverá constituir um montante mínimo em cada exercício, em reserva legal, não menos de 15% do resultado do exercício anterior, até ao montante em que a reserva seja igual ao capital social.

q) **Normas emitidas, mas não efectivas**

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não são efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do Banco são descritas abaixo. O Banco pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efectivas.

NIRF 17 Contratos de seguro

Em Maio de 2017, o IASB emitiu a NIRF 17 Contrato de seguros, que estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. A NIRF 17 irá substituir a NIRF 4 contratos de seguros. A NIRF 17 aplica-se a todos os contratos de seguros (vida, não vida, seguro directo e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emite, bem como certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A NIRF 17 tornar-se-á efectiva a 1 de Janeiro de 2021.

Reformas nas taxas de juros de referência: Alterações à NIRF 9, NIC 39 e NIRF 7

As alterações à NIRF 9, NIC 39 e NIRF 7 incluem vários benefícios, que aplicam-se a todas as relações de cobertura que são directamente afectadas pela reforma da taxa de juro de referência. Uma relação de cobertura é afectada se a reforma gerar incertezas sobre o momento ou sobre os fluxos de caixa baseados na referência do item coberto ou no instrumento de cobertura.

Transição e impacto: Não é aplicável para o Banco

Alterações à NIRF 3: Definição de uma empresa

Em Outubro de 2018, o IASB emitiu alterações na definição de uma empresa na NIRF 3 Combinações de negócios, para ajudar as entidades a determinar se certos activos adquiridos são empresas ou não. Eles esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, removem o ponto de se os participantes do mercado são capazes de substituir quaisquer elementos ausentes e adicionam orientações para ajudar as entidades a avaliar se um processo adquirido é um substantivo, restringindo as definições de uma empresa e de resultados e introduzir um teste opcional de justo valor. Novos exemplos ilustrativos foram fornecidos

juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transacções ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, o Banco não será afectado por estas alterações na data da transição.

Alterações às NIC 1 e NIC 8: Definição de material

Em Outubro de 2018, o IASB emitiu alterações a NIC 1 Apresentação das demonstrações financeiras e NIC 8 Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros, com vista a alinhar a definição de material nas normas e para esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição esclarece que as informações são matérias se a sua omissão, distorção ou não clarificação poderia influenciar na tomada de decisões dos usuários primários das demonstrações financeiras. As alterações na definição de material não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

a) Novas normas e alterações das normas e interpretações

O Banco procedeu à aplicação da NIRF 16 pela primeira vez. A nova norma e interpretações são efectivas a 1 de Janeiro de 2019, ao menos que seja indicado de outra forma. O Banco não antecipou a adopção de nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida mas não efectiva.

i) NIRF 16 Locações

A NIRF 16 locações substitui a NIC 17 locações, IFRIC 4, determina se um contrato contém renda ou não, SIC 15 Locações operacionais- incentivos e SIC 27 Avaliação da essência de transacções envolvendo a forma legal de uma locação. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das rendas e exige que a maioria das rendas sejam reconhecidas no balancete.

A contabilidade do locador na NIRF 16 é substancialmente inalterada em relação a NIC 17. Os locadores continuarão a classificar as rendas como operacionais ou financeiras, usando princípios semelhantes aos da NIC 17. Ou seja a NIRF 16 não teve impacto nas rendas onde o Banco é locador.

O Banco adoptou a NIRF 16 usando o método retrospectivo modificado com data de aplicação inicial 1 de Janeiro de 2019. De acordo com este método, a norma é aplicada retrospectivamente com efeito cumulativo. O Banco optou por usar uma forma prática de transição para não ter que avaliar se um contrato identificado anteriormente como renda, aplicando a NIC 17 e IFRIC 4 na data inicial da aplicação.

ai) Locações previamente contabilizadas como locações operacionais

O Banco reconheceu direito de uso do activo e passivo de rendas anteriormente classificados como rendas operacionais, excepto para rendas de curto prazo e as de valores muito baixo. O direito de uso do activo para a maioria das rendas foram reconhecidos com base no valor contabilístico, como se a norma sempre tivesse sido aplicada, excepto pelo o uso da taxa incremental de empréstimo na data do reconhecimento inicial. Em alguns casos o direito de uso foram reconhecidos com base no valor igual aos passivos de arrendamento, ajustados por qualquer pagamento antecipado de renda. Os passivos de arrendamento foram reconhecidos com base no valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa incremental do empréstimo na data inicial de aplicação.

O Banco também aplicou os seguintes pontos:

- Utilizou uma única taxa de desconto;
- Fez uma avaliação se os contratos de rendas são onerosos antes do reconhecimento inicial;
- Não aplicou a norma para contratos de curto prazo, que terminam dentro de 12 meses após o reconhecimento inicial;
- Exclui os custos directos iniciais na mensuração do direito do uso do activo na data da aplicação inicial;
- Utilizou de forma retrospectiva a determinação do prazo do contrato que contém opções de estender ou rescindir.

Os passivos de arrendamento em 1 de Janeiro de 2019 podem ser reconciliados com locações operacionais à 31 de Dezembro de 2018 da seguinte maneira:

Activos		
Compromisso de locações operacionais	1 Janeiro 2019	70,484,767
Taxa incremental	1 Janeiro 2019	14,25%
Direito de uso do activo	1 Janeiro de 2019	41,878,154
Passivo de locação	1 de Janeiro de 2019	41,878,154

O impacto da aplicação da NIRF 16, foi o reconhecimento de 41.878.154,00 Meticais na rubrica de activos tangíveis e direito de uso do activo na demonstração da posição financeira e reconhecimento de 41.878.154,00 Meticais na rubrica outros passivos como passivo de arrendamento ou passivos de locação.

iii) Incerteza sobre o tratamento fiscal do imposto sobre o rendimento IFRIC 23

Esta interpretação trata de imposto sobre o rendimento quando existe incerteza no tratamento fiscal que afecta a NIC 12 Imposto sobre o rendimento. Ela não se aplica a imposto ou taxas fora do âmbito da NIC 12, nem inclui requisitos relacionados com juros, multas relacionadas com tratamentos fiscais incertos. A interpretação trata especificamente do seguinte:

- Se a entidade considera separadamente tratamentos fiscais incertos;
- Os pressupostos que a entidade faz da análise do tratamento fiscal realizado pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro ou prejuízo fiscal, a base fiscal, os prejuízos fiscais não utilizados, os créditos fiscais não utilizados e as taxas fiscais;
- Como a entidade considera as mudanças e circunstâncias.

O Banco determina se considera os tratamentos fiscais incertos separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e utiliza uma abordagem que melhor estima a resolução da incerteza.

iv) *Alterações a NIRF 9: Pré-pagamentos com compensação negativa*

De acordo com a NIRF 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através do rendimento integral, desde que os seus fluxos de caixa sejam apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida e o instrumento é mantido dentro do modelo de negócios apropriado para essa classificação. As alterações a NIRF 9 esclarecem que um activo financeiro passa neste critério independentemente do evento ou circunstância que o levou a rescisão antecipada do contrato e ainda independentemente de qual das partes paga ou recebe a compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. A rescisão antecipada pode resultar de um termo contratual ou de um evento fora do controlo das partes, como uma alteração na lei ou regulamento que leve a rescisão antecipada do contrato. Quando o pagamento antecipado é efectuado pelo justo valor actual ou por um valor que inclua o justo valor do custo para encerrar um instrumento de cobertura associado, o Banco avalia os fluxos de caixa contractuais específicos para instrumentos de dívida relevantes, a fim de determinar se eles atendem ao critério descrito em cima. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações do Banco.

3. Margem financeira

Os juros líquidos apresentam-se como segue:

	2019	2018
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	475,411,012	246,281,634
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	164,022,588	168,374,548
Juros de instrumentos de dívida ao custo amortizado	41,498,844	64,768,942
	<u>680,932,445</u>	<u>479,425,125</u>
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes	228,672,491	175,095,021
Interest from deposits from central banks and other banks	20,872,770	30,571,537
Juros de passivos de locação	6,102,366	-
	<u>255,647,628</u>	<u>205,666,558</u>
	<u>425,284,817</u>	<u>273,758,567</u>

O Banco aumentou a carteira de crédito e a carteira de depósitos, por isso os juros e rendimentos similares e juros e gastos similares aumentaram respectivamente.

4. Rendimento líquido de comissões e serviços

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2019	2018
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas e cartas de crédito	87,881,918	36,450,584
Por serviços bancários realizados	103,310,205	49,295,979
Outros rendimentos de serviços e comissões	2,862,638	5,561,054
	<u>194,054,760</u>	<u>91,307,617</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	34,864,355	4,938,886
VISA e Mastercard	19,321,429	16,743,884
Outros encargos com serviços e comissões	6,817,147	5,949,628
	<u>61,002,932</u>	<u>27,632,398</u>
	<u>133,051,828</u>	<u>63,675,219</u>

Em 2019, o Banco aumentou o volume de transacções de garantias bancárias e cartas de crédito. Os serviços bancários foram maioritariamente influenciados pelas comissões de crédito 27.564.774,12 Meticais (2018: 12.588.602,76 Meticais), comissões do comerciante 37.718.094,31 Meticais (2018: 12.310.776,20 Meticais) e transferência de valores 20.994.027,73 Meticais (2018: 13.489.207,58 Meticais).

Os encargos com serviços e comissões foram influenciados por garantias bancárias recebidas para cobertura de riscos de concentração, os outros encargos com serviços e comissões foram influenciados por despesas nos bancos correspondentes 6.404.642,01 Meticais (2018: 5.711.276,07 Meticais).

5. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas referem-se a ganhos cambiais.

	2019	2018
Ganhos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	1,321,817,377	1,277,217,566
	<u>1,321,817,377</u>	<u>1,277,217,566</u>
Perdas financeiras		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1,115,727,337	1,114,407,309
	<u>1,115,727,337</u>	<u>1,114,407,309</u>
Ganho financeiro líquido	<u>206,090,039</u>	<u>162,810,257</u>

6. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal apresenta-se como segue:

	2019	2018
Remunerações dos colaboradores	331,074,902	334,819,442
Segurança social	12,645,414	11,501,781
	<u>343,720,317</u>	<u>346,321,224</u>

Os gastos com pessoal reduziram porque o Banco reduziu o número de estrangeiros no quadro pessoal e aumentou o número de trabalhadores locais.

7. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2019	2018
Água, energia e combustíveis	3,621,752	2,064,065
Consumíveis	17,625,383	22,347,951
Rendas	1,448,406	11,395,077
Comunicações	42,916,249	33,840,122
Despesas de deslocação e representação	15,110,807	9,240,837
Despesas de marketing	11,146,024	12,820,728
Avulsos, honorários e serviços especializados	15,367,746	33,598,641
Manutenção e reparação	116,255,412	103,412,757
Seguros	8,875,316	8,347,039
Serviços judiciais contencioso e notariado	215,108	63,656
Segurancas e despesas de segurança	5,203,717	3,866,870
Despesas de formação	4,454,591	8,013,009
Multas e outras penalidades	3,935,333	156,168
Taxas e licenças	3,649,860	1,299,633
Outros serviços	3,379,961	3,502,063
Outras despesas	5,831,074	8,701,705
	<u>259,036,739</u>	<u>262,670,320</u>

Em 2019, água, energia e combustíveis foram influenciados por factura de electricidade e combustíveis, como consequência do aumento da rede de balcões, electricidade 2.771.393,41 Meticais (2018: 1.768.193,96 Meticais) e combustíveis 679.838,17 Meticais (2018: 175.699,87 Meticais).

Rendas foram maioritariamente influenciadas pela adopção da NIRF 16, o montante na rubrica corresponde a rendas de curto prazo contabilizadas durante o ano.

Telecomunicações em 2019 foram influenciadas pelo aprovisionamento do serviço de conexão com a casa mãe 10.560.000,00 Meticais (2018: 0,0 Meticais).

Manutenção e reparação foram influenciados pela redução dos custos de manutenção de software 25.903.410,49 Meticais (2018: 31.270.754,11 Meticais) e aumento de assistência técnica 45.959.529,18 Meticais (2018: 33.223.171,64 Meticais).

8. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2019	2018
Reavaliação de imóveis	2,759,700	18,954,800
Subarrendamento de escritórios	9,309,607	9,490,847
Reversão de provisões	26,701,969	51,459,407
Perdas/ Ganhos operacionais	(9,247,639)	-
	<u>29,523,637</u>	<u>79,905,054</u>

As reversões das provisões foram impactadas pelas reversões dos excessos de provisões para Mastercard (6.680.818,00 Meticais), Visa card (12.000.000,00 Meticais) e outros serviços (7.741.151,00 Meticais).

As perdas ou ganhos operacionais são principalmente relacionadas com perdas de operações de cartões erradamente carregadas no sistema.

9. Impostos sobre rendimentos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2019	2018
Imposto corrente	31,698,281	30,243,036
Imposto diferido	-	-
	<u>31,698,281</u>	<u>30,243,036</u>

9.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto sobre o rendimento é analisada como segue:

	Taxa de Imposto	Valor	Taxa de Imposto	Valor
Lucro/(Prejuízo) antes de imposto*		738,601		(70,783,967)
Imposto a pagar à taxa nominal	32.00%	236,352	32.00%	(22,650,870)
Correcções fiscais:				
Gastos não dedutíveis	1.10%	21,458,031	12.00%	16,572,411
Rendimentos não tributáveis	0.00%	(41,930,316)	216.03%	(48,933,131)
Prejuízos fiscais disponíveis para períodos futuros	8561.78%	20,235,933	-242.87%	55,011,589
Imposto corrente	<u>0.00%</u>	<u>-</u>	<u>0.00%</u>	<u>-</u>

Os gastos não dedutíveis estão relacionados com o imposto retido na fonte sobre operações com o mercado monetário interbancário (cedências e bilhetes de tesouro) e os rendimentos não tributáveis são relativos ao excesso da imparidade quando comparada com a provisão do Banco de Moçambique.

* Lucro/(prejuízo) antes do imposto e depois da retenção na fonte.

9.2 Imposto diferido

A tabela a seguir mostra o imposto diferido reconhecido na demonstração da posição financeira e as alterações reconhecidas em gastos com imposto:

	2018	Demonstração de resultados		2019
		Gastos	Rendimentos	
Activos por imposto diferido				
Prejuízos	73,065,849	-	883,104	73,948,953
Tax losses				
	73,065,849	-	883,104	73,948,953
Passivos por imposto diferido				
Reavaliação de propriedades de investimento	(73,065,849)	(883,104)	-	(73,948,953)
	(73,065,849)	(883,104)	-	(73,948,953)

A reconciliação dos impostos diferidos é analisada como segue:

	2019	2018
Prejuízos fiscais dos anos anteriores	271,975,942	223,029,888
Perda por imposto diferido do período reconhecido em lucros ou prejuízos	(883,104)	(6,065,536)
Prejuízos fiscais do período	20,235,933	55,011,590
Prejuízos fiscais líquidos para disponíveis para utilizar em períodos futuros	291,328,771	271,975,942

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais expiram após 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de Dezembro de 2019, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

Ano de origem	Ano fim	Prejuízos fiscais	Tributação
2015	2020	153,957,950	49,266,544
2016	2021	78,009,754	24,963,121
2017	2022	465,000,698	148,800,223
2018	2023	152,956,418	48,946,054
2019	2024	63,237,289	19,352,828
		913,162,109	291,328,771

Os activos por impostos diferidos, no montante de 913.162.109 Meticais, não foram objecto de reconhecimento integral em resultado do Conselho de Administração considerar não estarem reunidas as condições da IAS 12 para o efeito.

10. Caixa e Disponibilidades no Banco Central

A rubrica de Caixa e Disponibilidades no Banco Central é analisada como segue:

	2019	2018
Caixa	63,168,728	97,046,302
Banco de Moçambique	1,202,073,261	1,094,477,321
	1,265,241,989	1,191,523,623

Parte dos saldos existentes junto do Banco de Moçambique, estão em conformidade com as exigências do Banco Central para constituição de reservas obrigatórias. O montante da reserva mínima obrigatória para o exercício de 2019 foi de 1.200.045.101 Meticais (2018: 1.049.463.457 Meticais), sendo que o aumento significativo das reservas obrigatórias é resultado do aumento dos depósitos de clientes.

11. Disponibilidades em instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2019	2018
Bancos estrangeiros	1,073,071,196	1,092,285,864
Bancos locais	19,814	-
	1,073,091,010	1,092,285,864

O Banco possui contas junto do SG Paris, SG New York e Mauritius Commercial Bank, onde o Banco efectua suas operações com o estrangeiro, nomeadamente transferências, pagamentos e outras operações.

12. Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2019	2018
Depósitos no Banco de Moçambique	1,240,429,453	73,028,498
	1,240,429,453	73,028,498

A rubrica Depósitos no Banco de Moçambique representa aplicações de muito curto prazo no Banco de Moçambique, a uma taxa de juro efectiva de 12,75% para reverse repo e 9,75% para facilidade permanente de cedência, com vencimento em 02 de Janeiro de 2020. (2018: Representa aplicações de muito curto prazo no Banco de Moçambique, a uma taxa de juro efectiva de 14,25% para reverse repo e 11,25% para facilidade permanente de cedência, com vencimento em 02 de Janeiro de 2019).

13. Instrumentos de dívida ao custo amortizado

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2019			2018		
	Valor de aquisição	Efeito justo valor	Justo valor	Valor de aquisição	Efeito justo valor	Justo valor
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Bilhetes de tesouro						
Saldo inicial	295,117,764	-	295,117,764	543,506,189	-	543,506,189
Aquisições	800,000,000	-	800,000,000	295,117,764	-	295,117,764
Alienações/reembolsos	(1,095,117,764)	-	(1,095,117,764)	(543,506,189)	-	(543,506,189)
Imparidades	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	295,117,764	-	295,117,764

O Banco não tinha em carteira bilhetes de tesouro no final de 2019, [em 2018 a taxa de juro era de (19.75%), com vencimento a 6 de Fevereiro de 2019].

14. Activos financeiros ao justo valor através do rendimento intergral

	2019			2018		
	Valor de aquisição	Efeito justo valor	Justo valor	Valor de aquisição	Efeito justo valor	Justo valor
Activos e outros títulos de rendimento variável						
Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)						
Saldo inicial	13,143,205	-	13,143,205	13,143,205	-	13,143,205
Aquisições	17,861,796	-	17,861,796	-	-	-
Imparidades	-	-	-	-	-	-
	31,005,002	-	31,005,002	13,143,205	-	13,143,205

O Banco regista nesta rubrica as acções da SIMO e classifica no nível 2, outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

15. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

	2019	2018
Empréstimo a clientes	4,632,587,584	3,689,314,561
Juros a receber	43,224,629	40,486,878
	4,675,812,214	3,729,801,440
Imparidade acumulada	(494,514,529)	(653,155,878)
	4,181,297,684	3,076,645,562

A tabela abaixo mostra a qualidade de risco de crédito baseado na classificação interna do Banco, os valores apresentados são brutos de imparidade.

Qualidade de risco de crédito	2019			
	Estágio 1 individual	Estágio 2 individual	Estágio 3	Total
Vincendo	2,761,341,178	749,913,476	4,074,259	3,515,328,913
"High grade"	-	-	-	-
"Standard grade"	-	-	-	-
"Sub-standard grade"	2,761,341,178	749,913,476	4,074,259	3,515,328,913
Vencido mas sem imparidade	-	-	-	-
Vencido	-	-	1,160,483,301	1,160,483,301
Imparidade individual	-	-	1,160,483,301	1,160,483,301
Total	2,761,341,178	749,913,476	1,164,557,560	4,675,812,214

Qualidade de risco de crédito	2018			
	Estágio 1 individual	Estágio 2 individual	Estágio 3	Total
Vincendo	2,836,800,560	133,056,948	7,010,085	2,976,867,593
"High grade"	-	-	-	-
"Standard grade"	-	-	-	-
"Sub-standard grade"	2,836,800,560	133,056,948	7,010,085	2,976,867,593
Vencido mas sem imparidade	-	-	-	-
Vencido	-	-	752,933,847	752,933,847
Imparidade individual	-	-	752,933,847	752,933,847
Total	2,836,800,560	133,056,948	759,943,931	3,729,801,440

A imparidade acumulada para créditos a clientes é como segue:

	2019			
	Estágio 1 individual	Estágio 2 individual	Estágio 3	Total
Saldo a 1 Janeiro 2019	86,354,689	42,682,225	524,118,963	653,155,878
Imparidade de novos activos originados ou comprados	93,607,989	59,823,598	102,491,524	255,923,112
Imparidade relativos desreconhecidos ou reembolsados (excluindo abates)	(92,525,001)	(5,485,222)	(89,257,597)	(187,267,819)
Transferência para estágio 1	-	-	-	-
Transferência para estágio 2	(784,999)	2,920,151,265	(2,135,152)	-
Transferência para estágio 3	(786,411)	-	786,411	-
Abates	-	-	(227,296,641)	(227,296,641)
Saldo a 31 Dezembro 2019	85,866,268	99,940,753	308,707,508	494,514,529

	2018			
	Est/Edifício 1 individual	Est/Edifício 2 individual	Est/Edifício 3	Total
Saldo a 1 Janeiro 2018	80,465,514	12,673,146	651,559,299	744,697,959
Imparidade de novos activos originados ou comprados	49,909,085	5,480,666	45,578,162	100,967,913
Imparidade de activos desreconhecidos ou reembolsados (excluindo abates)	(45,807,685)	(39,257)	(146,663,052)	(192,509,994)
Transferências para est/Edifício 1	1,960,144	24,395,302	(26,355,446)	-
Transferências para est/Edifício 2	-	-	-	-
Transferências para est/Edifício 3	-	-	-	-
Saldo a 31 Dezembro 2018	86,527,058	42,509,856	524,118,963	653,155,878

A tabela abaixo demonstra o movimento nos resultados das imparidades e respectivas reversões nos resultados e deve ser lida com a nota 23 Provisões (Provisões para garantias e compromissos):

	2019	2018
Saldo de abertura	664,648,123	744,697,959
Perdas por imparidade de crédito	130,809,704	89,642,536
Reversão de perdas por imparidade de crédito	(67,508,076)	(169,692,372)
Abates	(227,296,641)	-
Saldo final	500,653,109	664,648,123
Imparidades	494,514,529	653,155,878
Provisões para garantias e compromissos	6,138,580	11,492,245
Total	500,653,109	664,648,123

16. Outros activos

Outros activos apresentam-se como segue:

	2019	2018
Acréscimos	24,260,500	23,894,525
Outros valores a receber	3,455,873	3,288,409
Contas de compensação	4,209,075	25,779,168
	31,925,448	52,962,102

Outros valores a receber refere-se essencialmente a devedores 3.381.153,38 Meticais (2018: 3.288.409,00 Meticais)

Contas de compensação correspondem a cheques a cobrar no próximo dia útil.

17. Propriedade de investimentos

As propriedades de investimentos podem ser analisadas como segue:

	2019	2018
Valor líquido transferido do imobilizado	249,324,800	230,370,000
Ganhos líquidos da mensuração do justo valor (Nota 8)	2,759,700	18,954,800
	252,084,500	249,324,800

As propriedades de investimento do Banco consistem em duas propriedades em Maputo. O Conselho de Administração determinou que as propriedades de investimento consistem em duas classes de activos - Comercial e de escritório e Casa, com base na natureza, características e riscos de cada propriedade. Este investimento foi transferido da rubrica de Edifícios (Nota 18).

Em 31 de Dezembro de 2019, o justo valor dos imóveis foi baseado em avaliações realizadas pela Moz Valuers, um avaliador independente credenciado. A Moz Valuers é especialista em valorizar esses tipos de propriedades de investimento. O modelo de avaliação está de acordo com o recomendado pelo *International Valuation Standards Committee*.

Descrição das técnicas de avaliação utilizadas e principais métodos para avaliação das propriedades de investimento:

	Técnica de avaliação	Prosperção do mercado	Valor médio estimado	
			2019	2018
Propriedade 1	Critério de custos e critério de comparação de mercado	Custo estimado por metro quadrado	MZN150.000-MZN200.000	MZN15.000-MZN250.000
Propriedade 2	Critério de custos e critério de comparação de mercado	Custo estimado por metro quadrado	MZN150.000-MZN200.000	MZN15.000-MZN250.000

18. Activos tangíveis

O movimento nos activos tangíveis apresenta-se como segue:

	Edifícios	Obras em edifícios	Equipamento	Viaturas	Investimentos em curso	Direito de uso do activo	
						Edifícios	Total
Custo:							
1 de Janeiro de 2018	278,570,583	-	216,052,420	24,091,200	18,681,120	-	537,395,323
Adições	524,296,436	6,064,607	13,743,101	3,319,109	15,523,260	-	562,946,512
Abates	-	-	(41,929,293)	(1,537,300)	-	-	(43,466,593)
Transferências	1,666,397	-	9,082,013	-	(18,681,120)	-	(7,932,710)
31 de Dezembro de 2018	804,533,417	6,064,607	196,948,241	25,873,009	15,523,259	-	1,048,942,533
feito da adopção da NIF 16 a 1 Jan-19						41,878,154	41,878,154
Adições	4,036,018	347,406	4,139,232	2,750,000	12,261,470	17,228,311	40,762,436
Abates	-	-	(436,940)	-	(570,056)	-	(1,006,995)
Transferências	6,085,670	96,807	4,157,169	-	(10,339,646)	-	-
31 de Dezembro de 2019	814,655,104	6,508,820	204,807,702	28,623,009	16,875,028	59,106,465	1,130,576,128
Depreciações e imparidades							
1 de Janeiro de 2018	7,843,064	-	87,468,109	8,638,442	-	-	103,950,615
Depreciação do exercício	15,440,737	151,615	35,460,834	6,229,281	-	-	57,282,468
Abates	-	-	(39,597,739)	(928,785)	-	-	(40,526,524)
Transferências	3,087,333	-	(3,087,333)	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2018	26,371,134	151,615	80,243,872	13,939,938	-	-	120,706,559
Depreciação do exercício	16,000,237	637,700	35,962,082	6,697,419	-	6,031,973	65,329,411
Abates	-	-	(127,441)	-	-	-	(127,441)
31 de Dezembro de 2019	42,371,371	789,315	116,078,513	20,637,357	-	6,031,973	185,908,529
Valor líquido contabilístico							
31 de Dezembro de 2018	778,162,282	5,912,992	116,704,369	11,933,071	15,523,259	-	928,235,973
31 de Dezembro de 2019	772,283,734	5,719,505	88,729,189	7,985,652	16,875,028	53,074,492	944,667,599

As adições em edifícios referem-se ao Balcão Mecuburi construído de raiz em Nampula como parte do plano de expansão do Banco.

O Banco realizou trabalhos de melhoria nos imóveis arrendados e recentemente está a realizar trabalhos de melhoria no novo balcão a abrir em 2020.

As adições em Equipamentos referem-se a aquisições de equipamentos para o novo Balcão, a saber: móveis, PDVs, computadores e outros equipamentos de informática.

Os investimentos em curso referem-se a equipamentos em processo de aquisição, para as agências a serem abertas em 2020.

19. Activos intangíveis

O movimento nos activos intangíveis apresenta-se como segue:

	Software		Software em curso		Total
	Software	Software em curso	Software em curso	Total	
Custo:					
1 de Janeiro de 2018	249,810,646	-	-	-	249,810,646
Adições	6,791,929	16,408,341	-	-	23,200,270
Abates	(1,144,927)	-	-	-	(1,144,927)
Transferências	-	7,932,710	-	-	7,932,710
At 31 December de 2018	255,457,648	24,341,051	-	-	279,798,700
Adições	14,788,900	3,379,652	-	-	18,168,552
Abates	-	-	-	-	-
Transferências	21,590,070	(21,590,070)	-	-	-
31 de Dezembro de 2019	291,836,618	6,130,633	-	-	297,967,253
Amortizações e imparidades					
1 de Janeiro de 2018	191,272,107	-	-	-	191,272,107
Amortização do exercício	34,465,853	-	-	-	34,465,853
Abates	(596,325)	-	-	-	(596,325)
At 31 December de 2018	225,141,635	-	-	-	225,141,635
Amortização do exercício	30,125,346	-	-	-	30,125,346
Abates	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2019	255,266,981	-	-	-	255,266,981
Valor líquido contabilístico					
31 de Dezembro de 2018	30,316,013	24,341,051	-	-	54,657,065
31 de Dezembro de 2019	36,569,637	6,130,633	-	-	42,700,272

O aumento refere-se aos custos de actualização da licença do Software do Banco e novos desenvolvimentos para criação de novos produtos que se espera que benefícios futuros fluam.

20. Activos por impostos correntes

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2019	2018
Pagamentos por conta IRPC	21,417,154	21,417,154
Retenções na fonte	310,000	210,000
	21,727,154	21,627,154

21. Recursos de instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2019	2018
Descobertos em depósito à ordem	124,665,428	3,614,823
Depósitos a prazo	83,053,784	1,186,871,807
	207,719,212	1,190,486,630

O montante de 124.665.248,00 Meticaís (2018: 3.614.823 Meticaís) refere-se a um descoberto temporário no MCB Mauritius Bank.

Os depósitos a prazo representam empréstimos de curto prazo com o SG Paris no montante 82.668.000 Meticaís, sem juros, com o prazo de vencimento a 3 de Janeiro de 2020.

22. Depósitos de clientes

A rubrica de depósitos de clientes é analisada como segue:

	2019	2018
Depósitos à ordem	4,153,549,195	3,008,407,516
Depósitos a prazo	2,895,510,548	1,565,991,193
	7,049,059,743	4,574,398,708

Os depósitos à ordem incluem essencialmente contas correntes de clientes a taxas de juro marginais. Os depósitos a prazo apresentam taxas de juros entre 5,0% e 12,9% para moeda nacional e 0,1% e 3,2% para moeda estrangeira com a maturidade até 12 meses.

23. Provisões

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2019	2018
Provisões para garantias e compromissos	6,138,580	11,492,245
Outras provisões	3,530,517	12,755,994
	9,669,097	24,248,239

A análise de movimentos apresenta-se como segue:

	Garantias, Cartas de crédito e compromissos	Outros	Total
1 DE JANEIRO 2018	33,411,876	14,370,796	47,782,672
Perdas esperadas para Garantias e Cartas de crédito	(21,919,632)	-	(21,919,632)
Provisão do ano	-	-	-
Reversão das imparidades ou provisões	-	-	-
Ajustamentos de provisões	-	(1,614,802)	(1,614,802)
31 DE DEZEMBRO DE 2018	11,492,245	12,755,994	24,248,239
Perdas esperadas para Garantias e Cartas de crédito	(5,353,665)	-	(5,353,665)
Provisão do ano	-	-	-
Reversão das imparidades ou provisões	-	(9,844,308)	(9,844,308)
Ajustamentos de provisões	-	618,831	618,831
31 DE DEZEMBRO DE 2019	6,138,580	3,530,517.44	9,669,097

Garantias, cartas de crédito e compromissos

O Banco possui compromissos irrevogáveis e passivos contingentes como parte do negócio normal do Banco com vista a atender as necessidades financeiras dos clientes. Estes normalmente são constituídos por garantias financeiras, cartas de crédito e compromissos de empréstimos. Estas operações não são reconhecidas na posição financeira do Banco, mas contém risco de crédito, por isso fazem parte dos riscos gerais do Banco.

Outros

Inclui provisões para riscos gerais bancários relacionados com transacções em disputa que o Banco espera reverter ou reconhecer como perda no ano de 2020.

24. Outros passivos

	2019	2018
Contas a pagar		
MCB Mauritius	18,668,129	23,232,340
Plano de Sação	1,880,304	-
Acréscimos de gastos	34,798,286	92,949,849
Contas a regularizar	5,680,127	650,486
Impostos	18,078,958	12,022,564
Depósitos caução	40,738,091	14,788,981
Outros	23,626,185	153,496
Locações	50,239,204	-
	193,709,284	143,797,716

A rubrica contas a pagar compreende passivos de curto prazo e sem juros.

Os acréscimos de gastos incluem bónus a pagar no valor de 17.800.000,00 Meticaís (2018: 29.804.807,00 Meticaís), o subsídio de férias no ano de 2019 foi zero (2018: 16.999.435,00 Meticaís) e outros acréscimos referentes a custos operacionais..

A rubrica depósitos de caução incluem depósitos de colateral, sendo que o maior depósito é de 18.500.000,00 Meticaís.

A rubrica de outros está influenciada por credores de fornecimento de bens e serviços 17.813.252,52 Meticaís (2018: 600 Meticaís)

As locações referem-se ao passivo de arrendamento dos Balcões. O Banco não está exposto a fluxos de caixa futuros que não estejam reflectidos na conta de passivos de locação.

Todos os itens são passivos correntes.

25. Capital social

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% do capital social
2019				
Accionistas				
Societe Generale	15,581,799	100	1,558,179,900	65.000%
MCB, Ltd	8,390,200	100	839,020,000	35.000%
Alexandre Maymat	1	100	100	0.000%
	23,972,000		2,397,200,000	100.00%
2018				
Accionistas				
Societe Generale	12,331,799	100	1,233,179,900	65.000%
MCB, Ltd	6,640,200	100	664,020,000	35.000%
Alexandre Maymat	1	100	100	0.000%
	18,972,000		1,897,200,000	100.00%
			2019	2018
Prémio de emissão			13,790,314	13,790,314
			13,790,314	13,790,314

O capital social do Societe Generale Moçambique, S.A., encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de Dezembro de 2019.

26. Reservas

As reservas apresentam-se como segue:

	2019	2018
Reserva Legal	102,930,703	102,930,703
	102,930,703	102,930,703

Nos termos da legislação de Moçambique, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social. A reserva não pode ser distribuída, mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital.

27. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2019	2018
Depreciações e amortizações (nota 18,19)	(95,454,756)	(91,748,321)
Imparidade de crédito (nota 15)	(63,301,628)	80,049,836
Reavaliação de propriedades de investimento (nota 17)	2,759,700	18,954,800
Reversão de provisões	26,701,969	-
	(129,294,715)	7,256,315

28. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros apresenta-se como segue:

2019	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e contas a receber ao custo amortizado	Total
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	1,265,241,989	1,265,241,989
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	1,073,091,010	1,073,091,010
Aplicações em instituições de crédito	-	-	1,240,429,453	1,240,429,453
Participação no capital da SIMO	-	31,005,002	-	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	4,181,297,684	4,181,297,684
Outros activos	-	-	3,455,873	3,455,873
Total de activo	-	31,005,002	7,763,516,010	7,794,521,012

	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Recursos de instituições de crédito	207,719,212	207,719,212
Depósitos de clientes	7,049,059,743	7,049,059,743
Outras provisões	3,530,517	3,530,517
Outros passivos	102,991,667	102,991,667
Total de passivo	7,363,301,140	7,363,301,140

2018	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e contas a receber ao custo amortizado	Total
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	1,191,523,623	1,191,523,623
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	1,092,285,864	1,092,285,864
Aplicações em instituições de crédito	-	-	73,028,498	73,028,498
Bilhetes de tesouro	295,117,764	-	-	295,117,764
Participação no capital da SIMO	-	13,143,205	-	13,143,205
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	3,076,645,562	3,076,645,562
Outros activos	-	-	3,288,409	3,288,409
Total de activo	295,117,764	13,143,205	5,436,771,956	5,745,032,925

	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Recursos de instituições de crédito	1,190,486,630	1,190,486,630
Depósitos de clientes	4,574,398,708	4,574,398,708
	12,755,994	12,755,994
Outros passivos	50,197,381	50,197,381
Total de passivo	5,827,838,714	5,827,838,714

29. Justo valor dos instrumentos financeiros

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam os componentes do preço que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis de hierarquia reavaliando a classificação final no fim de cada reporte e para as propriedades de investimento o Banco utiliza avaliadores independentes.

Os quadros a seguir mostram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível de hierarquia:

2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento (Nota 17)	-	-	252,084,500	252,084,500
Participação no capital da SIMO	-	31,005,002	-	31,005,002
	-	31,005,002	252,084,500	283,089,502

2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento (Nota 17)	-	-	249,324,800	249,324,800
Participação no capital da SIMO	-	13,143,205	-	13,143,205
	-	13,143,205,17	249,324,800	262,468,005

2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao custo amortizado				
Empréstimo e adiantamento a clientes	-	4,097,671,731	-	4,097,671,731
	-	4,097,671,731	-	4,097,671,731

2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao custo amortizado				
Empréstimo e adiantamento a clientes	-	3,015,112,650	-	3,015,112,650
	-	3,015,112,650	-	3,015,112,650

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2019		2018	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Activos financeiros				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4,181,297,684	4,097,671,731	3,076,645,562	3,015,112,650
	4,181,297,684	4,097,671,731	3,076,645,562	3,015,112,650

A gestão avaliou todos os instrumentos financeiros e determinou que, para além de empréstimos e adiantamentos a clientes os valores aproximam-se do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é aquele pelo qual o instrumento financeiro pode ser transaccionado entre duas partes dispostas, sem que seja uma venda forçada ou liquidação.

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados para determinar a estimativa de justo valor:

- O justo valor das propriedades de investimento foi obtido através da abordagem do custo de reposição, baseado no método de custo e método de comparação de mercado. O justo valor foi determinado no final de 2019. (Nota 17)
- Empréstimos e adiantamento a clientes são descontados através da utilização da taxa dos bilhetes de tesouro de 11.16%

30. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Recursos de instituições de crédito	Outros passivos	Custos administrativos
Accionistas				
Societe Generale	2019 130,935,428	89,138,803	11,544,000	12,402,239
	2018 1,028,204,580	758,700,000	-	-
MCB, Ltd	2019 -	32,165,888	769,195	52,560,833
	2018 11,092,099	211,860,000	23,232,340	41,213,031

Os Outros passivos referem-se a facturas emitidos pelos accionistas.

31. Contingências e compromissos

Contingências

	2019	2018
Garantias	3,341,628,287	2,438,367,191
Cartas de crédito	1,692,874,859	1,876,469,243
	5,034,503,146	4,314,836,434

32. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Banco. Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do Banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o Banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode estar exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Exposição máxima ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2019 e 2018, relativamente ao risco de crédito no balanço e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço	Notas	2019	2018
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	1,265,241,989	1,191,523,623
Disponibilidades em instituições de crédito	11	1,073,091,010	1,092,285,864
Empréstimos e adiantamentos ao banco	12	1,240,429,453	73,028,498
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	0	295,117,764
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15	4,181,297,684	3,076,645,562
Outros activos		3,455,873	3,288,409
Total do activo na demonstração da posição financeira		7,763,516,009	5,731,889,720
Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais			
Garantias		3,341,628,287	2,438,367,191
Cartas de crédito		1,692,874,859	1,876,469,243
		5,034,503,146	4,314,836,434
Total da exposição ao risco de crédito		12,798,019,155	10,046,726,154

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito ao retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

Activos financeiros que não estão nem vencidos nem em imparidade

Estes activos são considerados como tendo uma taxa de incumprimentos muito baixa:

2019	Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito					Valor líquido das garantias	Exposição líquida
	Exposição máxima ao risco de crédito	Disponibilidades	Cartas de crédito/garantias	Propriedades	Outros		
Disponibilidades em instituições de crédito	1,073,091,010	-	-	-	-	-	1,073,091,010
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1,240,429,453	-	-	-	-	-	1,240,429,453
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	31,005,002	-	-	-	-	-	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4,181,297,684	411,802,122	5,842,934	1,481,065,900	2,236,885,737	4,135,596,692	45,700,992
Administração Central	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	646,705,860	407,405,101	-	49,524,066	122,376,138	579,305,295	67,400,564.75
Empresas Privadas	2,872,420,375	4,397,021	5,842,934	1,331,830,896	1,553,653,410	2,895,724,261	(23,303,886)
Organizações Colectivas	536,527,394	-	-	14,063,497	522,339,682	536,403,179	124,215
Particulares	125,644,056	-	-	85,647,450	38,516,507	124,163,958	1,480,089
Outros activos	3,455,873	-	-	-	-	-	3,455,873
	6,529,279,023	411,802,122	5,842,934	1,481,065,900	2,236,885,737	4,135,596,692	2,383,682,331
2018							
2018	Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito					Valor líquido das garantias	Exposição líquida
	Exposição máxima ao risco de crédito	Disponibilidades	Cartas de crédito/garantias	Propriedades	Outros		
Disponibilidades em instituições de crédito	1,092,285,864	-	-	-	-	-	1,092,285,864
Empréstimos e adiantamentos a bancos	73,028,498	-	-	-	-	-	73,028,498
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	295,117,764	-	-	-	-	-	295,117,764
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	13,143,205	-	-	-	-	-	13,143,205
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3,076,645,562	27,296,131	4,122,704	591,190,908	2,406,109,631	3,028,719,374	47,926,187
Administração Central	42,666,305	-	-	-	-	-	42,666,305
Empresas Públicas	0	-	-	-	-	-	-
Empresas Privadas	2,011,605,031	27,296,131	4,122,704	479,473,832	1,499,504,207	2,010,396,875	1,208,156
Organizações Colectivas	886,172,671	-	-	23,365,905	862,734,516	886,100,422	72,449
Particulares	136,201,354	-	-	88,351,170	43,870,907	132,222,078	3,979,277
Outros activos	5,165,893	-	-	-	-	-	5,165,893
	4,555,386,787	27,296,131	4,122,704	591,190,908	2,406,109,631	3,028,719,374	1,526,667,412

Activos financeiros renegociados

No caso de um cliente tornar-se inadimplente (*non-performing*) estágio 3, e temporariamente não puder pagar as moras, o cliente pode se qualificar para um período de remediação dando ao cliente a oportunidade de corrigir a situação. Quando o período de remediação expira a situação do cliente é reavaliada dando lugar a liquidação do activo financeiro ou renegociação dos termos do contracto.

Activos financeiros renegociados compreendem empréstimos no estágio 3 que foram renegociados e permanecem pelo menos por 12 meses nesta lista e contém também empréstimos que estão no estágio 2 movidos do estágio 3 e permanecem pelo menos por 6 meses no estágio 2 e não podem ter prestações em atraso.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimadas.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Quando há um aumento significativo no risco de crédito de um grupo ou subgrupo;
- Quando empréstimos amortizáveis estão 90 dias em atraso;
- Quebra no contracto, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Quando se torna provável que o mutuário entrará em falência ou outra reorganização financeira;
- Quando existem eventos de incumprimento em outras instituições; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar do decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - I. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - II. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
 - III. Depreciação do valor do colateral; e
 - IV. Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral; ou
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contracto, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas as exposições com indicação de crédito vencido são avaliadas individualmente quanto à imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e outros ao custo amortizado, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O abate ocorre quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida. A oportunidade e a extensão dos abates podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo. No entanto, um abate, muitas vezes, será precedido de um evento específico, como o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, o que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade do empréstimo está além da perspectiva realista de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por indústria apresenta-se como segue:

2019	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo	1,265,241,989	-	-	-	-	67,400,565	-	1,332,642,554
Financeiro	-	1,073,091,010	1,240,429,453	-	31,005,002	-	-	2,344,525,465
Comércio	-	-	-	-	-	1,117,763,386	-	1,117,763,386
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	139,074,080	-	139,074,080
Serviços	-	-	-	-	-	12,974,761	-	12,974,761
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	299,077,855	-	299,077,855
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	1,371,815,731	-	1,371,815,731
Outros	-	-	-	-	-	1,173,191,306	3,455,873	1,176,647,180
	1,265,241,989	1,073,091,010	1,240,429,453	0	31,005,002	4,181,297,684	3,455,873	7,794,521,012

2018	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo	1,191,523,623	-	-	-	-	42,666,305	-	1,234,189,928
Financeiro	-	1,092,285,864	73,028,498	-	31,005,002	-	-	1,196,319,364
Comércio	-	-	-	-	-	1,101,885,276	-	1,101,885,276
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	1,330,164,791	-	1,330,164,791
Serviços	-	-	-	-	-	942,040	-	942,040
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	232,525,054	-	232,525,054
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	102,168,524	-	102,168,524
Outros	-	-	-	-	-	266,293,572	3,288,409	269,581,981
	1,191,523,623	1,092,285,864	73,028,498	-	31,005,002	3,076,645,562	3,288,409	5,467,776,958

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez, assim como diversificada que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. Além disso, o Banco detém linhas de crédito com a casa mãe, que pode recorrer sempre que precisar. Adicionalmente o Banco possui reservas obrigatórias correspondentes a 14,0% do saldo médio dos depósitos de clientes e do Estado. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2019	ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	1,265,241,989	-	-	-	-	1,265,241,989
Disponibilidades em instituições de crédito	1,073,091,010	-	-	-	-	1,073,091,010
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	1,240,429,453	-	-	-	1,240,429,453
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	-	-	-	31,005,002	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1,235,556,564	657,428,110	1,977,926,024	310,386,987	4,181,297,684
Outros activos	3,455,873	-	-	-	-	3,455,873
Total de activos	2,341,788,873	2,475,986,017	657,428,110	1,977,926,024	341,391,989	7,794,521,012
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	207,719,212	-	-	-	207,719,212
Recursos de clientes	4,153,549,195	2,538,005,054	112,648,410	244,857,085	-	7,049,059,743
Passivo de locação	-	1,037,826	3,931,659	21,322,423	23,947,497	50,239,204
Outros passivos	66,377,480	-	-	-	-	66,377,480
Total de passivos	4,219,926,675	2,746,761,891	116,580,069	266,179,508	23,947,497	7,373,395,640
Gap de liquidez	(1,878,137,802)	(270,775,874)	540,848,041	1,711,746,515	317,444,492	421,125,372

2018	ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	3,614,823	1,186,871,807	-	-	-	1,190,486,630
Recursos de clientes	3,008,407,516	1,235,292,873	-	330,698,320	-	4,574,398,708
Outros passivos	27,462,030	-	-	-	-	27,462,030
Total de passivos	3,039,484,369	2,422,164,681	-	330,698,320	-	5,792,347,369
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	207,719,212	-	-	-	207,719,212
Recursos de clientes	4,153,549,195	2,538,005,054	112,648,410	244,857,085	-	7,049,059,743
Passivo de locação	-	1,037,826	3,931,659	21,322,423	23,947,497	50,239,204
Outros passivos	66,377,480	-	-	-	-	66,377,480
Total de passivos	4,219,926,675	2,746,761,891	116,580,069	266,179,508	23,947,497	7,373,395,640
Gap de liquidez	(1,878,137,802)	(270,775,874)	540,848,041	1,711,746,515	317,444,492	421,125,372

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de clientes.

2019	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	1,265,241,989	1,265,241,989
Deposits with banks	-	-	-	1,073,091,010	1,073,091,010
Loans and advances to banks	1,240,429,453	-	-	-	1,240,429,453
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	-	-	31,005,002	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,235,556,564	657,428,110	2,288,313,011	-	4,181,297,684
Outros activos	-	-	-	3,455,873	3,455,873
Total de activos	2,475,986,017	657,428,110	2,288,313,011	2,372,793,874	7,794,521,012

Passivos financeiros

Recursos de instituições de crédito	207,719,212	-	-	-	207,719,212
Recursos de clientes	2,538,005,054	112,648,410	244,857,085	4,153,549,195	7,049,059,743
Outros passivos	-	-	-	66,377,480	66,377,480
Total de passivos	2,745,724,266	112,648,410	244,857,085	4,219,926,675	7,323,156,435
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	(269,738,249)	544,779,700	2,043,455,926	(1,847,132,801)	471,364,578

2018	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	1,191,523,623	1,191,523,623
Deposits with banks	-	-	-	1,092,285,864	1,092,285,864
Loans and advances to banks	73,028,498	-	-	-	73,028,498
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	295,117,764	-	-	-	295,117,764
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	-	-	13,143,205	13,143,205
Empréstimos e adiantamentos a clientes	572,110,177	228,196,125	2,276,339,259	-	3,076,645,562
Outros activos	-	-	-	3,288,409	3,288,409
Total de activos	940,256,440	228,196,125	2,276,339,259	2,300,241,101	5,745,032,926

Passivos financeiros

Recursos de instituições de crédito	1,186,871,807	-	-	3,614,823	1,190,486,630
Recursos de clientes	1,235,292,873	-	330,698,320	3,008,407,516	4,574,398,708
Outros passivos	-	-	-	27,462,030	27,462,030
Total de passivos	2,422,164,681	-	330,698,320	3,039,484,369	5,792,347,370
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	(1,481,908,241)	228,196,125	1,945,640,939	(739,243,268)	(47,314,444)

A sensibilidade na demonstração dos resultados é o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a MIMO, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

Aumento/diminuição do p.p.	Impacto nos resultados antes de impostos
+75 pb	17,064,532
-75 pb	(17,064,532)
+75 pb	16,315,432
-75 pb	(16,315,432)

O impacto nos capitais próprios é o mesmo nos resultados depois de impostos.

Risco cambial

O risco cambial é o risco do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda. De acordo com a política do Banco, as posições são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018:



2019	MZN	USD	ZAR	EUR	Outras	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	492,786,364	761,703,357	5,263,414	5,482,801	6,054	1,265,241,989
Disponibilidades sobre instituições de crédito	19,814	1,026,521,442	12,617,671	9,281,455	24,650,629	1,073,091,010
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1,240,429,453	-	-	-	-	1,240,429,453
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	-	-	-	-	0
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	31,005,002	-	-	-	-	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3,360,655,958	476,180,376	144,492,431	199,968,920	-	4,181,297,684
Outros activos	3,455,873	-	-	-	-	3,455,873
	5,128,352,464	2,264,405,175	162,373,515	214,733,175	24,656,683	7,794,521,012
Passivos financeiros						
Disponibilidades de instituições de crédito	-	-	109,640,622	88,658,082	9,420,508	207,719,212
Disponibilidades de clientes	4,434,546,217	2,432,337,445	48,211,934	133,964,146	-	7,049,059,743
Outros passivos	66,377,480	-	-	-	-	66,377,480
	4,500,923,698	2,432,337,445	157,852,556	222,622,228	9,420,508	7,323,156,435
Exposição líquida						
	627,428,766	(167,932,271)	4,520,958	(7,889,053)	15,236,175	471,364,576
2018						
2018	MZN	USD	ZAR	EUR	Outras	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	363,084,973	735,458,349	66,509,043	26,465,400	5,858	1,191,523,623
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	180,079,596	53,217,768	842,751,034	16,237,466	1,092,285,864
Empréstimos e adiantamentos a bancos	73,028,498	-	-	-	-	73,028,498
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	295,117,764	-	-	-	-	295,117,764
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	13,143,205	-	-	-	-	13,143,205
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,260,242,884	609,134,678	207,267,662	338	-	3,076,645,562
Outros activos	3,288,409	-	-	-	-	3,288,409
	3,007,905,733	1,524,672,624	326,994,473	869,216,772	16,243,323	5,745,032,926
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	216,120,262	-	212,051,545	762,292,739	22,094	1,190,486,630
Disponibilidades de clientes	2,455,169,741	1,918,537,746	115,848,714	76,552,673	8,289,834	4,574,398,708
Outros passivos	156,457,107	96,603	-	-	-	156,553,710
	2,827,747,110	1,918,634,349	327,900,259	838,845,412	8,311,918	5,921,439,048
Exposição líquida						
	180,158,623	(393,961,725)	(905,786)	30,371,360	7,931,405	(176,406,123)

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD, EUR e ZAR, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é a mesma que em capital.

	Alterações na taxa de câmbios de USD	Impacto nos resultados antes de impostos
2019	0%	(6,717,291)
	0%	6,717,291
2018	+4%	16,289,385
	-4%	(16,289,385)
	Alterações na taxa de câmbios de EUR	Impacto nos resultados antes de impostos
2019	-2%	152,728
	2%	(152,728)
2018	+1%	303,714
	-1%	(303,714)
	Alterações na taxa de câmbios de ZAR	Impacto nos resultados antes de impostos
2019	2%	95,067
	-2%	(95,067)
2018	+11%	(99,636)
	-11%	99,636

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O SGM opera num modelo centralizado de gestão de capital. Os objectivos de gestão de capital conforme detalhado na estrutura de gestão de capital, são para cumprir com os rácios de capital exigidos pelo Banco de Moçambique e pelos objectivos traçados pelo Conselho de Administração para gerar capital suficiente para suportar o crescimento dos activos.

O capital é gerido de acordo com a estrutura de gestão de capital através do Comité de Gestão de Activos e Passivos, são feitos relatórios periódicos sobre as posições de capital. Os riscos do capital são apresentados ao Comité de Risco e ao Conselho de Administração. O Comité de Gestão de Activos e Passivos tem encontros mensais onde revê, aprova e faz recomendações relativas ao risco de capital. Este inclui o apetite ao risco, políticas, limites e utilizações.

De acordo com as directrizes do Banco de Moçambique no processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP), o grupo possui um processo de planeamento e gestão de capital. Todos os anos o SGM prepara e submete o processo de auto-avaliação da adequação do capital interno ao Banco de Moçambique. O ICAAP é preparado pelos departamentos de Risco e Financeiro e é revisto pela gestão do Banco. O ICAAP é um processo contínuo e é revisto e actualizado sempre que houver mudanças significativas no plano estratégico do Banco.

O objectivo do ICAAP é de garantir que o Banco seja adequadamente capitalizado e que quando houver probabilidade de escassez de capital, a gestão do Banco procura garantir que as diferenças sejam resolvidas. O SGM promove o uso eficiente do capital alinhando as estratégias de negócio, apetite ao risco e retornos esperados com os requisitos de capital.

A tabela abaixo mostra de forma resumida o rácio de adequação de capital segundo o Banco de Moçambique a 31 de Dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Fundos pr prios de base (Tier I)		
Capital social	2,397,200,000	1,897,200,000
Reservas elegíveis e resultados transitados	(781,579,683)	(781,579,683)
Activos intangíveis	(42,700,273)	(54,657,065)
Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM	(37,722,117)	-
	1,535,197,926	1,060,963,252
Fundos pr prios complementares (Core Tier II)		
Empréstimos obrigacionistas subordinados	-	-
Outros	1,016,151	216,808,028
	1,016,151	216,808,028
Fundos pr prios complementares (Core Tier II)		
Outros elementos a deduzir	(78,816,620)	-
	1,457,397,457	1,277,771,280
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	6,751,486,083	5,761,149,407
Fora da posição financeira	1,334,495,078	2,963,607,138
Risco operacional e de mercado	128,207,471	70,767,928
	8,214,188,632	8,795,524,473
R rácios prudenciais		
Core Tier I	19.67%	12.68%
Tier I Capital	18.69%	12.06%
R rácio de solvabilidade	17.74%	14.53%
R rácio de solvabilidade requerido	11.00%	9.00%

(*) significa a diferença entre o cálculo da imparidade do crédito com base no aviso do BdM e o modelo interno.

33. Princípio de continuidade

A gestão do Banco fez uma avaliação da capacidade de continuar a operar e está satisfeita por ter recursos para continuar os negócios no futuro. Além disso a gestão não tem conhecimento de quaisquer incertezas relevantes que possam colocar em dúvida a capacidade do Banco de continuar a operar. Portanto as demonstrações financeiras, continuam a ser preparadas de acordo com o princípio de continuidade.

34. Acontecimentos após a data de balanço

No final de 2019 um grupo de indivíduos apresentavam sintomas de pneumonia sem se saber o motivo. Estes casos foram identificados em Wuhan, capital da província Chinesa da Hubei. A 31 de Dezembro de 2019, a China alertou a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre este novo vírus. No dia 30 de Janeiro de 2020 a OMS declarou surto de emergência de saúde pública internacional. Desde então, mais casos tem sido diagnosticados em outros países também. Medidas tem sido tomadas e políticas tem sido impostas pela China e por outros países. No dia 11 de Março, a OMS anunciou que o surto do corona virus pode ser caracterizado como uma pandemia.

Muitos governos tem introduzido várias medidas de combate ao surto, incluindo restrições nas viagens, quarentenas, encerramento de actividades, locais e confinamento de certas áreas. Estas medidas afectaram a cadeia de fornecimento global e também a demanda por produtos de importação, tendo um impacto negativo nas perspectivas das economias. Ao mesmo tempo, as políticas fiscais e monetárias estão a ser relaxadas para sustentar a economia. Estas respostas do governo e os respectivos efeitos ainda estão no decurso.

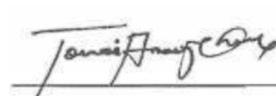
No caso de Moçambique o Estado de Emergência foi declarado no dia 1 de Abril por 30 dias, e medidas severas tem sido tomadas.

O Société Générale Moçambique, SA não pode estar imune a estes efeitos e para conter os seus impactos, colocou medidas não limitadas mas incluindo: redução do tempo de trabalho a nível dos Balcões, encerramento dos balcões não essenciais e promoção de acessos remotos, trabalho alternado por parte dos colaboradores e/ou remotamente em situações aplicáveis, o uso de mascaras para colaboradores dos Balcões, suspensão de viagens de trabalho e desencorajamento de viagens privadas, suspensão de formações e presenças físicas em reuniões, assegurando a continuidade do negócio e qualidade de serviço ao cliente.

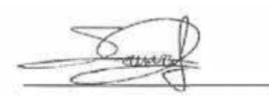
Na data de conclusão do relatório e contas, os efeitos do covid-19 ainda são incertos. O Banco tem monitorado a evolução e avaliando o impacto para o negócio e a conclusão de adequação do pressuposto de continuidade na preparação das demonstrações financeiras.

Aparte da situação do covid-19, o Banco não possui nenhuma evento favorável ou desfavorável que afecte as demonstrações financeiras ou que require a apresentação.

O Director Financeiro



O Conselho de Administração



Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III

ACTIVO	2019			2018	PASSIVO	2019
	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1,265,242	-	1,265,242	1,191,524	Recursos de Bancos Centrais	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1,077,300	-	1,077,300	1,114,843	Passivos Financeiros detidos para Negociação	-
Activos Financeiros Detidos para negociação	-	-	-	-	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-
Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-	-	-	Recursos de outras Instituições de Créditos	214,528
Activos financeiros disponíveis para Venda.	31,005	-	31,005	13,143	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	7,051,230
Aplicações em Instituições de Crédito	1,240,429	-	1,240,429	73,028	Responsabilidades representadas por Títulos	-
Créditos a clientes	4,675,814	494,515	4,181,299.70	3,076,727.67	Derivados de Cobertura	-
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	-	295,118	Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuadas	-
Derivados de Cobertura	-	-	-	-	Provisões	27,469
Activos não correntes detidos para Venda	-	-	-	-	Passivos por Impostos correntes	-
Propriedade de Investimentos	252,085	-	252,085	249,325	Passivos por impostos diferidos	73,949
Outros Activos tangíveis	1,124,544	179,877	944,668	928,236	Outros passivos Subordinados	-
Activos Intangíveis	297,967	255,267	42,700	54,657	Outros Passivos	952,453
Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	Capital	2,397,200
Activos por Impostos correntes	21,727	-	21,727	21,627	Premios de Emissão	13,790
Activos por Impostos diferidos	73,949	-	73,949	73,066	Outros Instrumentos de Capital	-
Outros Activos	805,583	-	805,583	596,366	Accoes Proprias	-
					Reservas de Reavaliação	-
					Outras reservas e resultados transitados	-795,370
					Resultado do Exercício	739
					(Dividendos antecipados)	-
TOTAL DO ACTIVO	10,865,646	929,658	9,935,988	7,687,660		9,935,988

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO IV

(milhares de meticais)

	2019	2018
Juros e Rendimentos Similares	680,932	479,425
Juros e Encargos Similares	255,648	205,667
Margem Financeira	425,285	273,759
Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
Rendimentos com serviços e Comissões	193,281	88,497
Encargos com Serviços e Comissões	(58,516)	(40,592)
Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	-	-
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-
Resultados de Reavaliação Cambial	206,090	162,810
Resultados de Alienação de Outros Activos	-	-
Outros Resultados de Exploração	11,846	50,912
Produto Bancário	777,986	535,385
Custo com Pessoal	343,720	346,321
Gastos Gerais Administrativos	246,766	244,347
Amortização do Exercício	95,455	91,748
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	-	-
Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos de Reversões e Recuperações	63,302	(80,050)
Imparidade de Outros Activos Líquidos de reversões e Recuperações	(2,810)	(20,375)
Resultado Antes de Impostos	31,554	(46,606)
Impostos Correntes	31,698	30,243
Impostos Diferidos	(883.10)	(6,065.54)
Resultados após Impostos	739	(70,784)
Do qual: Resultado Líquido após Impostos de Operações Descontinuadas	-	-
TOTAL	739	(70,784)



SOMOS O BANCO QUE APOIA AS SUAS INICIATIVAS



**SOCIETE GENERALE
MOÇAMBIQUE**